

## 4 Metamodernidad y política.

Samira Feldman Marzochi.

Cita:

Samira Feldman Marzochi (2007). *4 Metamodernidad y política. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/1635>

# Metamodernidade e Política

*Samira Feldman Marzochi*  
(doutoranda em Sociologia IFCH/Unicamp)  
Orientador: Prof. Renato Ortiz

**Resumo:** Ao estudar a cultura política que envolve a ONG Greenpeace surgida dos movimentos contraculturais e ecológicos dos anos 60 e 70, fui levada a recuperar o debate modernidade x pós-modernidade para compreender transformações mundiais significativas no plano da política e da produção de conhecimento. Formulei, assim, o conceito de *metamodernidade* que recupera aspectos da modernidade e da pós-modernidade a partir da matriz contracultural que se mundializou como síntese de valores europeus, orientais, indígenas e norte-americanos, embora não tenha, assim como o Iluminismo do século XVIII, realizado-se como projeto. Os recentes movimentos antimundialização, o questionamento da legitimidade das instituições nacionais e internacionais e a evocação da Sociedade Civil seriam inspirados ainda em valores contraculturais pouco discutidos pela sociologia contemporânea.

## O pós-Guerra

O momento em que surge o Greenpeace é ainda o do pós-guerra. Os anos 50 foram, nos Estados Unidos, tempos de calma, aparente equanimidade, consenso e afluência. As grandes empresas haviam restabelecido a reputação perdida na Grande Depressão. Para as famílias americanas de classe média, foi uma época de conforto, consumo, difusão da TV, eletrodomésticos e entretenimento. Os Estados Unidos, com 6% da população mundial, “produziam e consumiam mais que um terço dos bens e serviços produzidos no mundo. Famílias grandes eram consideradas desejáveis e a taxa de mortalidade estava declinando, portanto a população crescia rapidamente” (McCormick, 1992, p.65). O outro lado do conforto, porém, era o descontentamento profundo e até certo ponto latente, particularmente entre os que nasceram durante ou logo após a Segunda Guerra. Americanos jovens de classe média se tornavam cada vez mais críticos da conformação e indiferença de sua sociedade em relação à desigualdade nacional e internacional e à orientação americana na Guerra Fria. Preocupavam-se com a possibilidade de conflito nuclear, com o desenvolvimento assustador da indústria bélica e a concentração de poder pelas elites militares e empresariais americanas. As lutas e a irreverência que apareceram de modo mais evidente em fins dos anos 60 já estavam emergindo nos anos 50

(McCormick, 1992, pp.65-66). A prosperidade, o acesso à educação, o tempo livre, a difusão dos meios de comunicação, o crescimento das agências de informação, a consciência da capacidade nuclear, da desigualdade social, do racismo e da responsabilidade americana perante o mundo talvez tenham produzido uma juventude especialmente crítica neste período. No final das décadas de 50 e 60, várias questões sociais, políticas, econômicas e ambientais mobilizavam uma grande parcela da população americana. Desenvolveu-se um clima de ativismo público e houve protestos significativos que marcaram a história dos movimentos sociais e serviram de inspiração e material para a reflexão sobre as lutas sociais do mundo inteiro.

No pós-guerra, a população jovem era grande e a educação liberal reforçava a existência de um espaço legítimo de questionamento e reivindicação. Houve nesta época a expansão dos cursos superiores nos EUA e na Europa Ocidental. Os *campi* significavam enorme concentração de jovens num espaço aberto de discussão que favorecia a vida em grupo e a ampliação da vida estudantil, o que adiava um pouco o contato com o “mundo dos adultos” típico da vida profissional (Roszak, 1972, pp.27-28). Enquanto a infância era acelerada pelo acesso às informações e conseqüente aumento da responsabilidade política, a juventude era cada vez mais postergada. As primeiras questões a sacudir os Estados Unidos do pós-guerra e outros países do mundo, foram o racismo e a pobreza. Um protesto exemplar foi quando, em dezembro de 1955, trabalhadores negros de Montgomery, Alabama, boicotaram o sistema de ônibus da cidade para protestar contra a segregação de pessoas segundo a coloração da pele nos coletivos.

O segundo movimento importante foram os protestos contra a Guerra do Vietnã. O conhecimento crescente sobre a guerra, seu curso e natureza, a decepção em relação ao presidente, a oposição ao recrutamento, a perda de filhos, parentes e amigos, produziram uma escalada de manifestações de repercussão internacional. Como os estudantes eram isentos de convocação, segundo McCormick (1992, p.76), os *campi* universitários se tornaram a base do movimento. As manifestações eram quase diárias. Apenas no ano acadêmico de 67 a 68 houve 221 protestos em 101 *campi* universitários (McCormick, 1992, p.76). Os estudantes exigiam coerência entre o que se ensinava nas escolas e igrejas e a realidade do país (McCormick, 1992, p.77) e faziam coro a diversos outros movimentos que ocorriam simultaneamente em outras partes do mundo. Na França, Alemanha e Espanha, apenas para citar alguns países, os estudantes questionavam os valores políticos e sociais vigentes e viam a universidade como um local que deveria irradiar transformações na sociedade mais ampla.

A característica comum a todos estes movimentos era rejeição da autoridade representada pelo poder racista, machista, socialmente excludente e ambientalmente destrutivo. “Materialismo, tecnologia, poder, lucro e crescimento eram caracterizados como símbolos do que havia de pior na sociedade ocidental e como ameaças para o meio ambiente”. “Da mesma maneira que a discriminação racial e a imoralidade da guerra do Vietnã pareciam sintomáticos de uma enfermidade do sistema, a degradação ambiental pareceu ser um item igualmente aceitável na agenda de protesto.” (McCormick, 1992, p.77). Os problemas da sociedade da afluência talvez tenham se tornado mais evidentes por causa dos riscos ambientais. A primeira questão identificada como incontestavelmente global foi o perigo da precipitação nuclear provocada pelos testes. Em outubro de 1952, uma chuva de granizo radioativa ocorreu a 2.820 km do primeiro local de testes britânicos, na Costa da Austrália. Em abril de 1953, uma chuva radioativa caiu sobre o estado de Nova York, provavelmente contaminada pelos testes nucleares realizados em Nevada. O debate sobre o fenômeno se disseminou rapidamente entre os cientistas (McCormick, 1991, p. 67).

Desde a Segunda Guerra, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França e a China vinham realizando testes nucleares na região do Pacífico (McCormick, 1992, p.145). Depois da primeira explosão de uma bomba atômica pela União Soviética em 1949, o desenvolvimento nuclear entrou numa fase de maior competição. Os Estados Unidos lançaram seu programa de testes em 1951, seguidos pela Grã-Bretanha e pela URSS, em 1953, e pela França, em 1960. Entre 1945 e 1962, 423 detonações nucleares foram anunciadas pelos Estados Unidos (271), URSS (124), Grã-Bretanha (23) e França (5) (McCormick, 1991, p. 67). O segredo oficial em torno dos testes estimulava a circulação de rumores alarmantes, fortalecidos pelas falhas de planejamento relativamente frequentes. Os testes franceses na Argélia, por exemplo, resultaram numa nuvem radioativa que cruzou o mar, penetrando a Península Ibérica (McCormick, 1991, pp. 66-67). Transferiram-se os testes à Polinésia Francesa, o que tranquilizava os europeus médios, mas não satisfazia a todos. Em março de 1954, um teste com uma bomba de hidrogênio americana (BRAVO) foi realizado sobre o atol de Bikini, no Pacífico Ocidental. A quantidade de partículas liberadas foi duas vezes maior que o esperado e uma mudança repentina de ventos acabou levando as cinzas radioativas em direção às Ilhas Marshall, habitadas, em vez de caírem no Oceano. Em agosto de 1962, o Tratado de Proibição Parcial de Testes foi finalmente assinado em Moscou pelos Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha proibindo os testes no ar, acima da atmosfera ou no mar. Os ensaios poderiam ser realizados no subsolo (McCormick, 1991, p. 67).

Em parte por causa dos testes, o movimento de defesa ambiental foi revivido com mais força no pós-Segunda Guerra. Na Europa Ocidental, movimentos conservacionistas rapidamente se reorganizaram motivados pela reação ao impacto destrutivo da Guerra sobre o meio ambiente e pela necessidade de um planejamento durante a reconstrução (Dalton, 1994, p.34). As mobilizações dos anos 60 e 70 se traduziram numa nova geração de grupos ambientalistas americanos e europeus que usavam táticas mais ousadas visando chamar a atenção pública e governamental para os problemas ambientais emergentes (Dalton, 1994, p. 177). O foco deste novo grupo são os problemas ambientais relacionados à qualidade de vida e ao avanço da industrialização (Dalton, 1994, p.45).

Sainteny (2001, p.68) observa que na França, especialmente a partir dos anos 70, um número significativo de pesquisadores, professores e ensaístas em ciências sociais, engajam-se de modo mais ou menos assumido em alguns combates em favor do meio ambiente. Exemplos seriam Jean Baudrillard, Edgar Morin, André Gorz, Paul Ricoeur, Alain Touraine, Cornelius Castoriadis, Jean Chesneaux, Félix Guattari, Zaïki Laïd, entre outros. De uma forma ou de outra, suas pesquisas e escritos estavam ligados às decorrências culturais, políticas, sociais e ambientais do desenvolvimento capitalista. Uma grande parte das elites ecológicas provém da fração de intelectuais das novas camadas médias massivamente escolarizadas e da classe 1944-1960, socializadas num universo de efervescência intelectual e política, e pelo surgimento de novos movimentos sociais junto aos estudos sociológicos dedicados a orientá-los através da análise (Sainteny, 2001, p.61). A aparição dos movimentos ecológicos nos países ocidentais coincide com a afirmação de uma corrente de pensamento segundo a qual a transformação das sociedades industriais em sociedades pós-industriais faria nascer novos valores, fundados não apenas sobre a produção e o quantitativo, mas, principalmente, sobre o imaterial e o qualitativo. A análise que melhor expressa este paradigma é a de Ronald Inglehart. O autor relaciona a aparição de novos movimentos políticos nos anos 60 e 70 com a chegada das gerações “pós-materialistas” (Sainteny, 2001, p.61). Neste período de contestação, surge o chamado Novo Ambientalismo como uma das várias correntes de questionamento da ordem social.

Tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos, jovens que apoiavam o movimento ambientalista haviam se aproximado através de suas experiências em outras campanhas de protesto (McCormick, 1992, p.77). O movimento estudantil acolheu uma nova geração de ativistas políticos jovens e assertivos que fornecia quadros e lideranças para vários grupos ambientalistas. Estes novos militantes vinham, em sua maioria, da graduação das universidades dos anos 60 e 70. Para Dalton (1994, p.37), as crianças do

pós-Guerra e do milagre econômico proveram a base do moderno ambientalismo. Em abril de 1970, cerca de trezentos mil americanos participaram do Dia da Terra, considerada a maior manifestação ambientalista da história. Manchetes de jornais e revistas proclamaram o ambientalismo uma questão pública fundamental. Para a revista *Time*, o meio ambiente era o tema dos anos 70. Para a *Life*, tratava-se de um movimento que estava destinado a dominar a nova década (McCormick, 1992, p.63).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada em Estocolmo, em 1972, expressa este momento de mobilização internacional em favor da ecologia e abre espaço a vários outros encontros, programas e estudos ambientais de nível internacional. A Conferência de Estocolmo, que recebeu representantes oficiais de 113 nações, *experts*, cientistas e um grande número de militantes ambientalistas, contribuiu para legitimar políticas ambientais no plano nacional e internacional e deu lugar a temas relacionados ao meio ambiente em várias agendas nacionais (Dalton, 1994, pp.37-38).

### A criação do Greenpeace

O Greenpeace surgiu quando treze ativistas decidiram partir de barco do Porto de Vancouver, Canadá, rumo às Ilhas Aleutas, Costa do Alasca, com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública para os testes nucleares realizados pelos Estados Unidos. Em 15 de setembro de 1971, o barco zarpou diante de jornalistas e câmeras de televisão. No mastro, uma vela verde exibia os símbolos da paz e da ecologia, lançando ao público a palavra Greenpeace (Gabeira, 1988, p. 23-24). O grupo, que incluía canadenses e americanos, alugou um pequeno barco, o Phyllis Cormack, e navegou em direção à área de testes, próxima a Amchitka, a 3.800 quilômetros de Vancouver. Apesar dos testes terem se realizado um mês depois, a ação repercutiu internacionalmente, levando o departamento de defesa dos Estados Unidos a fechar, em fevereiro de 72, a área de ensaios atômicos no Alasca.

Diferente da tentativa semelhante realizada pela tripulação Quaker do Golden Rule anos antes, o Greenpeace preparou-se. Na tripulação havia dois jornalistas, um locutor de rádio e um fotógrafo com a missão de documentar os acontecimentos. Entre eles estava Robert Hunter, colunista do jornal canadense Vancouver Sun, Ben Metcalfe, comentarista do Canadian Broadcasting Corporation (CBC), Bob Cummings, repórter da imprensa alternativa, The Georgia Straight, e um fotógrafo independente, Robert Keziere, estudante de química (Bohlen, 2001, p.33-34). O capitão era John Cormack, dono do barco que

levava também Patrick Moore, estudante de ecologia, Bill Darnell, assistente social, Dr. Lyle Thurston, físico, Terry Simmons, geógrafo cultural e um dos fundadores do Sierra Club da Columbia Britânica, Dave Birmingham, engenheiro, e Richard Fineberg, cientista político. No mastro do Phyllis Cormack, estavam também as bandeiras do Canadá e da ONU para evidenciar o internacionalismo da tripulação. A embarcação era um pequeno barco alugado de pesca de 24 metros. O proprietário, pescador, passara várias temporadas ruins e estava em sérias dificuldades financeiras. O barco de trinta anos, barômetro corroído e sonda de profundidade em péssimas condições, foi alugado por quinze mil dólares durante seis semanas.

O Phyllis Cormack, porém, não chegou ao destino. Em 30 de setembro, a tripulação foi presa pela Guarda Costeira Americana na Ilha Akutan e expulsa da região. Ao voltar para Vancouver, os pioneiros estavam nas manchetes de jornais do Canadá e Estados Unidos. Foram acolhidos com bandeirolas “obrigado, Greenpeace” e festejados como heróis por três dias (Lequenne, 1997, p.20). A primeira ação do Greenpeace teve sucesso prático e midiático e foi considerada seu marco fundador. Os testes americanos posteriores passaram a realizar-se no Deserto de Nevada e Amchitka se tornou um santuário para a vida selvagem protegido da degradação humana. Os quatro testes seguintes que haviam sido programados jamais se realizariam na região. Para orgulho dos ativistas, a maior potência do mundo teve de se render ao Greenpeace no domínio da defesa nacional (Lequenne, 1997, p.21)

Para conseguir financiamento e preparar a viagem, o grupo levou dois anos. Teve a ajuda do Sierra Club e dos Quakers para alugar o Phyllis Cormack. A tripulação embarcou num clima de festa, com orquestra de rock, presença de vários canais de televisão e jornalistas vindos de todo o Canadá (Lequenne, 1997, pp.16-17). A viagem recebeu grande apoio popular pois havia um consenso entre canadenses e americanos do Alasca quanto aos perigos a que estavam sujeitos devido aos testes nucleares naquela área. Em 1969, um ensaio americano em Amchitka havia gerado uma enorme polêmica. A região, de estrutura geológica instável, já sofrera vários terremotos. Cinco anos antes, um deles, de 8.3 a 8.6 graus na escala Richter, matara 115 pessoas. Milhares ficaram desabrigados no Alasca e 75% da economia do estado foi arrasada. Maremotos se produziram no Oregon, Califórnia, Havaí e Japão. Nos dezoito meses seguintes, dez mil pequenos tremores decorrentes do terremoto criaram um clima de pânico.

Para a população, era quase certo que em algum momento as atividades militares acarretariam tremores semelhantes. No dia marcado para o teste, dois de outubro de 69,

sete a dez mil pessoas bloquearam a fronteira entre o Canadá e os Estados Unidos, na cidade de Douglas, carregando faixas com a mensagem “não faça onda”, em referência à possibilidade de maremotos. Dois dias depois, a despeito do protesto acompanhado pela imprensa, rádio e televisão, o governo dos Estados Unidos realizou o teste na Ilha Amchitka, de propriedade americana. A cem metros de profundidade, foi acionada uma bomba atômica de 1,2 megatons (Lequenne, 1997, p.15). Não houve terremotos ou maremotos e um novo teste foi programado para o mesmo local, dois anos depois. A experiência de 71 deveria ser cinco vezes mais potente. Uma vez que as faixas e mensagens, o bloqueio da fronteira, a multidão e a imprensa foram insuficientes, chegou-se à conclusão de que era preciso fazer algo mais eficaz. Em Vancouver, alguns contestadores julgaram que deveriam encontrar outros modos de ação (Lequenne, 1997, p.16).

Jim Bohlen e Irving Stowe eram duas figuras bastante envolvidas nestes protestos. Bohlen, 43 anos, nascido em 1926, nova-iorquino, era ex-mergulhador e operador de radar da Marinha Americana durante a Segunda Guerra Mundial e havia trabalhado no programa de mísseis nucleares Minuteman. Estava no Pacífico durante as campanhas de Okinawa e Iwo Jima e em Okinawa quando os Estados Unidos jogaram a primeira bomba em Hiroshima e Nagasaki, em 1945. Até 1966, ainda morava nos Estados Unidos. Ao perceber que o envolvimento norte-americano no Vietnã (1964-1975) era irreversível, deixa a Marinha e se muda para Vancouver com a família, onde trabalha como pesquisador de produtos florestais. Ele e sua mulher, Mary, eram ligados à organização ambientalista Sierra Club e envolvidos com o movimento pacifista.

Em Vancouver, durante a marcha contra a Guerra do Vietnã de 1967, Jim e Mary conhecem o casal Irving e Dorothy Stowe, que também deixou os Estados Unidos. Eram quakers e profundamente anti-violência. Mudaram-se antes para a Nova Zelândia e em 66 foram para o Canadá. Stowe (1915-1974) decidiu sair dos EUA pelas mesmas convicções pacifistas que Bohlen, mas principalmente porque os filhos estavam chegando à idade de servir o exército e seriam enviados ao Vietnã. Ambos eram membros do Comitê de Ajuda aos Fugitivos da Guerra. Stowe, advogado formado em Yale, trabalhava num jornal underground oposto à guerra do Vietnã, o Georgia Straight. Embora Jim e Mary Bohlen tivessem crescido numa comunidade Quaker da Pensilvânia (Gabeira, 1988, p.22), foi Irving Stowe quem introduziu mais tarde Jim na religião quaker. Os quakers acreditavam numa forma de protesto relacionada à responsabilidade da testemunha, - “bearing witness”. De acordo com este princípio, uma vez que se presencia uma injustiça não se pode alegar desconhecimento para justificar a ausência de reação ou providência. Do mesmo modo,



presenciar algo condenável, registrá-lo e torná-lo público através da mídia, significaria transformar a audiência televisiva, os leitores dos jornais e ouvintes de rádio em testemunhas responsáveis.

Em 28 de novembro de 1969, unidos a um jovem canadense de 25 anos, estudante de direito da Universidade de Colúmbia Britânica, fundaram o Comitê Não Faça Onda para lutar contra os testes nucleares americanos. Paul Cote tinha acabado de retornar da pós-graduação em Paris onde se envolveu com os movimentos estudantis tornando-se um radical. A maioria dos manifestantes que aderiu ao Comitê era de estudantes da Universidade da Colúmbia Britânica e da Simon Fraser University, tempos de “free speech movements”. Líderes estudantis articulados ajudavam a organizar o protesto (Bohlen, 2001, pp.27-28). Mas a mídia demonstrou pouco interesse em relatar o evento. O nome “não faça onda” não tinha definitivamente grande apelo. Bill Darnell, membro do Sierra Club e organizador da Company of Young Canadians, uniu a idéia da luta conjunta pela paz e pelo meio ambiente que o protesto contra os testes nucleares englobava. Criou, assim, o nome Green Peace em 1971. Tentando arrecadar fundos que viabilizassem a viagem à Amchitka, os ativistas vendiam pequenos broches em que não cabiam as palavras “green” e “peace” separadamente. Os dois termos, assim, foram unidos por força do acaso.

Mary Bohlen, esposa de Jim, sugeriu alugar um barco e seguir nele até o local onde seria acionada a bomba, como forma de pressionar os militares e causar impacto na mídia. Mary inspirou-se num protesto quaker de 1958, contra o teste de Bomba H na atmosfera, em que os manifestantes posicionaram o barco Golden Rule perto do Atol de Bikini, no Pacífico Sul. Os quakers foram presos no Hawaí, mas deram matéria a muitos jornais. A idéia de Mary era similar e foi acatada com ânimo. Várias pessoas, a maioria do Sierra Club, juntaram-se a eles para planejar a campanha (Bohlen, 2001, pp.28-30). Em torno de alguns que embarcaram nesta primeira viagem, formou-se o que se tornaria um pouco mais tarde a Fundação Greenpeace (Lequenne, 1997, p.16).

Robert Hunter<sup>1</sup>, jornalista do *Vancouver Sun*, foi o cronista destes eventos. Foi ele quem adotou o termo “guerreiros do arco-íris”, para designar os ativistas da organização, e “explosão de mentes” (strike minds), para descrever os efeitos das ações diretas quando divulgadas pela mídia<sup>2</sup>. Em 1973, tornou-se o primeiro presidente e foi um dos que

---

<sup>1</sup> Deixou a organização em 1981 e faleceu em 2 de maio de 2005.

<sup>2</sup> Durante a primeira viagem do Greenpeace, McClelland and Stewart publicam no Canadá o livro de Hunter, *The Storming of the Mind*, sobre mídia e transformação social.

guiaram a entidade até sua transformação em uma organização internacional ([www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)).

Após esta primeira ação em Amchitka, a campanha do Greenpeace contra os ensaios nucleares se desloca para Mururoa, a 5.000 quilômetros da Nova Zelândia, cuja população de marinheiros e pescadores se opunha naturalmente aos testes atômicos na região. O Greenpeace contava com o apoio dos neozelandeses. A segunda viagem de protesto é então realizada em 1972, quando o núcleo Greenpeace de Vancouver publica um pequeno anúncio num jornal neozelandês solicitando um barco e voluntários interessados em protestar contra os ensaios nucleares franceses (Lequenue, 1997, pp.21-22).

O ex-empresário do setor imobiliário e aventureiro navegador David McTaggart, canadense que havia morado em Vancouver e estava na Nova Zelândia, leu o anúncio e se ofereceu ao Greenpeace. Ele tinha um veleiro de doze metros de comprimento chamado Vega. Em 30 de abril de 1972, McTaggart e uma tripulação de duas pessoas deixa a Nova Zelândia rumo à Mururoa, no Pacífico Sul (Brown, 1993, p. 61). O Vega, sob a bandeira do Greenpeace, é transformado em instrumento de protesto contra os testes franceses (Lequenue, 1997, p.22). Em 7 de julho de 1972, o veleiro é abalroado na zona de teste. McTaggart entra na justiça contra o governo francês em busca de indenização e escreve um livro contando esta experiência de viagem (Lequenue, 1997, p.27). Em junho de 1973, o Vega é reparado e zarpa novamente. Em 15 de agosto de 1973, a Marinha Francesa invade o barco e espanca violentamente os dois tripulantes, inclusive McTaggart. Ann-Marie tira várias fotos tornando registrada e pública a truculência do governo francês (Brown, 1993, p. 61). As fotos são publicadas em jornais de mais de 20 países (Lequenue, 1997, p.23) e causam forte comoção junto à opinião pública que levou a França a suspender provisoriamente os testes nucleares em Mururoa. O Greenpeace se torna ainda mais conhecido, desta vez além do continente norte-americano. Em setembro de 1974, a França anuncia que todos os testes serão subterrâneos.<sup>3</sup>

A partir de 1975, o Greenpeace abandona temporariamente a luta contra os ensaios nucleares para se voltar à proteção das baleias. Em 1973, Paul Spong, um jovem neozelandês pós-graduado em neurociências na UCLA (University of Califórnia, Los Angeles), torna-se célebre em Vancouver. Assim que começa seu trabalho no Aquário de Vancouver, onde estudava o comportamento das orcas, afirma que a baleia em observação lhe dizia, através de sinais, que desejava ser devolvida ao oceano, pois apenas lá conseguia

---

<sup>3</sup> Em 23 de março de 2001, McTaggart falece aos 69 anos, como diretor- executivo honorário do Greenpeace Internacional, em um acidente de carro em Umbria, Itália, onde morava.

sentir-se verdadeiramente livre. Esta declaração, um tanto evidente, quando divulgada pela imprensa colocou fim ao seu contrato com o Aquário, mas lhe deu uma certa notoriedade entre os militantes pela libertação animal (Lequenne, 1997, pp.25-27). Graças aos amigos do meio ambientalista, Paul Spong consegue introduzir-se no Greenpeace e convencer os responsáveis pela organização a dedicar suas campanhas contra a caça às baleias. Em 27 de abril, os militantes do Greenpeace partem com seus dois barcos, o velho Phyllis Cormack e o Vega, em direção ao local de caça às baleias. A partida é comemorada com uma festa que reúne 23.000 pessoas e na chegada em São Francisco são acolhidos como heróis pela imprensa americana (Lequenne, 1997, pp.25-30).

O primeiro filme da campanha pela proteção das baleias foi difundido em todos os canais de televisão, não somente nos Estados Unidos e no Canadá, como também na Europa e no Japão. O sucesso midiático do Greenpeace fez inveja. Os numerosos grupos ecologistas que militavam na costa californiana e se opunham, eles também, à caça às baleias, ressentiram-se. A chegada do Greenpeace, com métodos mais impactantes, foi encarada como concorrência desleal (Lequenne, 1997, p.30). A fama do Greenpeace tornou-se tal que suscitou idéias entre os publicitários. Uma parte dos militantes aceita o convite para fazer um filme de caráter comercial. Alguns membros assinam contrato com uma sociedade de produção, outros se opõem. Este episódio contribuiu para uma primeira divisão no interior do grupo (Lequenne, 1997, p.30).

No ano seguinte, em 1976, um barco do Greenpeace encontra uma frota baleeira soviética e a afronta durante dez dias. De volta, o grupo constata que sua audiência aumenta regularmente e que esta campanha encontra um imenso sucesso junto à opinião pública. Desde então, o Greenpeace se lança ao mar todos os anos no período de caça às baleias, em fins de dezembro. Os pescadores soviéticos, japoneses, noruegueses e islandeses têm sido alvo constante das campanhas do Greenpeace em terra e no mar. A baleia acabou se tornando um dos emblemas da organização (Lequenne, 1997, p.30). Em 1972, as Nações Unidas propuseram uma moratória de dez anos para a caça às baleias. Mas foi apenas dez anos mais tarde, em 1982, que a Comissão Baleeira Internacional decide interditar a caça comercial. O Japão, a Noruega e a Islândia recusam submeter-se a esta resolução que entra em vigor em 1985 (Lequenne, 1997, pp.31-32).

Desde 71, muitos ativistas foram agredidos e presos. O caso mais grave foi o do fotógrafo português Fernando Pereira, assassinado em julho de 1985, quando o Rainbow Warrior, barco-símbolo do Greenpeace, sofreu um atentado à bomba no Porto de Auckland, Nova Zelândia, perpetrado por elementos da Direção Geral de Segurança

Exterior, o serviço de inteligência francês. O Rainbow Warrior sairia de Auckland até Mururoa em protesto contra os testes nucleares franceses. A repercussão pública do evento comprometeu as relações franco-neozelandesas e levou à renúncia do Ministro de Defesa francês, Charles Hernu (McCormick, 1992, p. 146).

### O Greenpeace e a Contracultura

Quando o pequeno grupo levantou âncora no porto de Vancouver, a Guerra do Vietnã ocupava as manchetes de todos os veículos de comunicação, jovens pacifistas atravessavam diariamente a fronteira dos Estados Unidos para o Canadá, o rock dominava as rádios e o estilo hippie, que surgira na costa oeste do continente norte-americano, espalhava-se por todo o ocidente. As culturas indígenas eram apresentadas como modelos de respeito à natureza e as filosofias orientais e práticas religiosas como Yoga, Zen e meditação eram redescobertas neste período (Lequenne, 1997, pp.16-17). Conta-se que um exemplar do I Ching fora introduzido na bagagem do Phyllis Cormack, durante esta primeira missão. O I-Ching ou Yi-King, livro de previsões, permite que se avalie, sorteando hexagramas como se tira cartas, a situação presente em referência a eventos que se desenrolam no plano mítico. Durante a viagem, cada decisão importante era analisada através da consulta ao livro. Na cosmologia do I Ching, todos os eventos estão interligados e o macrocosmo se reflete no microcosmo. Encontram-se no nível dos átomos as mesmas leis que regem o movimento das galáxias (Lequenne, 1997, p.18). A filosofia do I-Ching está atravessada por uma forte compreensão sistêmica, embora imprecisa, que abarca todos os elementos do universo, em todas as suas dimensões.

Do mesmo modo que o I-Ching, a meditação Zen se difundia como uma variante do budismo. Segundo Leminski (1983, pp.65-68), o budismo não é propriamente uma religião. Não há deuses a adorar, nenhuma potência transcendental. Buda é reverenciado como alguém extraordinário, um herói fundador. Como em Sartre, o problema de Deus se dissolve numa irrelevância e não qualquer distinção entre forma e conteúdo. O Zen se realiza como estado de espírito somente através de práticas físicas, concretas para as quais não há nenhuma explicação transcendental, extra-mundana. O Zen chinês resulta da relação entre o budismo hindu e o taoísmo sínico. No Japão, esta doutrina não teve dificuldade em assimilar os valores animistas do “shintô”, onde todas as entidades naturais (árvores, rios, montanhas, ventos, praias) são kámi, deuses. O Zen valoriza a experiência imediata, a intuição, a superfície das coisas, o momento pré ou pós-racional (Leminski,

1983, p.89), algo próximo da “primeiridade” peirciana ou do “pensamento selvagem” de Lévi-Strauss que não distingue os momentos da percepção dos da interpretação.

Um dos jornalistas presentes nesta viagem, Robert Hunter, colunista do *Vancouver Sun*, que iria mais tarde escrever vários trabalhos sobre o Greenpeace, andava impressionado com uma coletânea de profecias indígenas. O livro fora entregue por um homem misterioso que lhe garantiu que o texto teria importância fundamental em sua vida. Era uma pequena coletânea de lendas dos índios norte-americanos, *Guerreiros do Arco-Íris*, escrita por William Willoya e Vinson Brown (Naturegraph Publishers, 1962), que continha a profecia de uma velha índia Cree, chamada Olhos de Fogo. Há mais de 200 anos, a índia afirmara que “um dia, a Terra vai adoecer, os pássaros cairão do céu, os mares vão escurecer e os peixes aparecerão mortos na correnteza dos rios. Quando esse dia chegar, os índios perderão sua alma. Mas vão recuperá-la para ensinar ao homem branco a reverência pela sagrada terra. Aí, então, todas as raças vão se unir sob o símbolo do arco-íris para acabar com a destruição. Será o tempo dos guerreiros do Arco-Íris” (Gabeira, 1988, p.11). O grupo tomou esta mensagem como fonte de referência para a definição de sua identidade e para o batismo de seu barco-símbolo, o Rainbow Warrior, mais tarde afundado pelo governo francês. A viagem no Phylis Cormack foi também uma iniciação para o Greenpeace. No percurso, a tripulação foi acolhida calorosamente pelos índios kwakiutl em Alert Bay e introduzida em alguns rituais (Lequenne, 1997, p.18).

Michael Löwy (2002) denomina este período de contestação e identificação com culturas alternativas que marcou principalmente o final dos anos 60, “Romantismo Revolucionário”, compreendido essencialmente como um protesto contra a base industrial-capitalista da sociedade consumista e produtivista moderna. Os movimentos ecológicos ou o Novo Ambientalismo podem ser considerados uma das expressões do Romantismo Revolucionário em sua dimensão anti-produtivista e anti-consumista. Para McCormick (1992, p.77), o movimento hippie encarnou a escola moral e anti-establishment do ambientalismo nos Estados Unidos, em que o retorno às áreas virgens e à natureza era a única forma de manter a integridade física, espiritual e moral no mundo industrializado de valores materialistas. Os ecologistas exigiam uma melhor utilização dos recursos naturais, a pesquisa sobre formas limpas de captação energética, a promoção de energias renováveis e a redução do consumo (Lequenne, 1997, p.17). O Greenpeace, por outro lado, embora tenha saído diretamente do Romantismo Revolucionário, já surgiu num momento de revisão dos anos 60. Em 1971, ano de sua criação, foi organizado um enorme congresso em Berkeley, Califórnia, para balanço do movimento dos anos 60, de que participaram os

principais líderes das comunidades hippies, de organizações estudantis e representantes de minorias como o Gay Power, Woman's Lib e Black Panther, além de sociólogos e outros cientistas. A Declaração de Princípios do encontro afirmava que a nova sociedade alternativa deveria emergir do velho sistema “como um cogumelo novo brota de tronco apodrecido. Acabou-se a era do protesto subterrâneo e das demonstrações existenciais. Acabou-se o mito de que os artistas têm de estar à margem de sua época. Devemos de agora em diante investir toda a nossa energia na construção de novas condições. O que for possível utilizar da velha sociedade nós utilizaremos sem escrúpulos: meios de comunicação, dinheiro, estratégia, know how e as poucas e boas idéias liberais” (Roszak, 1972, p.92-93).

Este momento de revisão, para Roszak (1972, p.23), pode ser compreendido como uma decorrência não tão inesperada do modo como se constituiu o próprio movimento. A contracultura, termo que surgiu na imprensa americana nos anos 60, não se tratava de uma revolta de elite que, embora privilegiada, visasse a redistribuição da riqueza social e do poder em favor dos mais humildes. Ao contrário, “era exatamente a juventude das camadas altas e médias dos grandes centros urbanos que, tendo pleno acesso aos privilégios da cultura dominante, por suas grandes possibilidades de entrada no sistema de ensino e no mercado de trabalho, rejeitava essa mesma cultura a partir de dentro”. Some-se a isso, nos anos 70 a contracultura já se encaminhava para uma fase de menos frescor. Rigorosamente, o espírito libertário e questionador da racionalidade ocidental já se anunciava nos Estados Unidos desde os anos 50, com a Beat Generation e o poema *Grito - Howl* (1956) de Allen Ginsberg. Nesta mesma época, surge o rock'n'roll (1956-1968) aglutinando um público jovem que fazia da música expressão de sua revolta, os chamados “rebeldes sem causa” ou “juventude transviada” dos filmes de James Dean (Roszak, 1972, p.9-10). Os rebeldes retratados nos filmes, porém, eram jovens mimados e amorosos em família que despejavam sua energia e revolta durante tempo livre entre os colegas, criando pequenos desafios, amores e rixas de um modo disperso, sem direção ou coerência. A estética hippie foi incomparavelmente diferente da década anterior. Distingua-se pelo ecletismo de símbolos e referências culturais e pela clareza de seu discurso político.

A partir de 65, começam os grandes festivais de rock ao ar livre. O Festival de Monterey, em 1967, de Woodstock, em 1969, de Altamont, em 1969, e o Festival da Ilha de Wight, em que participaram Gilberto Gil, Caetano Veloso e Gal Costa (Roszak, 1972, p.10). A música era seguida por passeatas em favor da paz em que se distribuíam flores, e estava associada à busca de novas experiências sensoriais complementadas ou induzidas

por substâncias químicas que concretizavam o ideal psicodélico. Alan Watts, guru do Zen Budismo nos EUA, considerava o LSD uma via legítima para as experiências místicas, pois seria capaz de desmontar as fortes estruturas repressoras da sensibilidade individual que constituem a cultura do Ocidente. Para Timothy Leary, papa da psicodelia, a “viagem” de LSD era uma peregrinação religiosa e ao mesmo tempo uma expansão da consciência. Algumas substâncias, quando assimiladas pelo organismo humano, teriam propriedades de abertura da mente para novos canais de comunicação com o universo.

William James, que já no final do século XIX estudava agentes alucinógenos, acreditava que a consciência racional constitui apenas um tipo de consciência, enquanto formas potenciais de percepção inteiramente diferentes são obscurecidas pela racionalidade. Outras formas de consciência correspondem a diferentes dimensões da realidade, e por isso nenhuma concepção do universo que ignore essas outras dimensões pode ser completamente verdadeira. O ideal psicodélico seria, portanto, um desejo de ampliação da capacidade de conhecimento que pode contradizer, em certo nível, a crítica da racionalidade própria do misticismo sessentista. As drogas desorganizariam a partir de dentro as formas culturais que são impostas ao indivíduo a partir de fora. A crítica da racionalidade ocidental pode ser compreendida, sob este ponto de vista, como questionamento de uma forma de razão limitada, no fundo menos inteligente e até pouco racional.

O poeta beat Alain Ginsberg teria sido um dos verdadeiros idealizadores do estilo hippie e um dos principais inspiradores do movimento Flower Power nos anos 60. São Francisco, berço dos beatniks, foi também o centro irradiador da cultura hippie. Roszak (1972, pp.33-34) observa que as doutrinas orientais eram o ponto de encontro fundamental entre os beatniks dos anos 50 e os hippies da década seguinte. As filosofias do Oriente eram sustentadas como uma nova concepção sobre o cosmos e a natureza. Ambos os grupos rejeitavam o intelectualismo dedicando-se a uma existência sensorial incompatível com a idéia de carreira profissional e rendimento regular. Os beatniks seriam pioneiros no espírito de contestação da contracultura. Bares noturnos de São Francisco, Chicago, Nova Iorque, Londres, Paris, transformavam-se no ponto de encontro dos rebeldes voltados à transformação da consciência, dos valores e do comportamento à procura de novos canais de expressão para o indivíduo e para as pequenas realidades do cotidiano (Roszak, 1972, p.37).

Herbert Marcuse, com *One Dimensional Man* (1954) e *Eros e Civilização* (1955), era um dos pilares teóricos mais densos da contracultura. Os projetos de transformação

social revolucionária deste período davam ênfase simultaneamente à conquista da liberdade e ao encontro do prazer (Roszak, 1972, p.39) identificando na teoria freudiana uma potencialidade subversiva. “Segundo Freud, escreve Marcuse em *Eros e Civilização* (1969, p.33), a história do homem é a história da sua repressão. A cultura coage tanto a sua existência social como a biológica, não só partes do ser humano, mas também sua própria estrutura instintiva. Contudo, essa coação é a própria precondição do progresso”.

Em protesto semelhante ao de Henry Thoreau, aumentava nos EUA, nos anos 60, a recusa ao pagamento de impostos em discordância ao destino dado pelo governo ao dinheiro público, como a Guerra do Vietnã, as armas nucleares etc. Crescia a resistência ao serviço militar, ao alistamento e embarque para frente de combate, chegando-se a queimar os cartões de recrutamento numa clara demonstração de repúdio à Guerra (Roszak, 1972, p.76). O protesto à Guerra do Vietnã e as marchas em favor da paz eram capazes de reunir hippies de todas as vertentes, assim como outros grupos cuja ideologia era fortemente marcada pelo pacifismo. É num destes protestos aglutinadores que se encontram, como vimos, os casais Bohlen e Stowe, de inclinação quaker, que viriam formar a célula da futura organização Greenpeace.

Para Beigbeder (1992, pp.98-100), a principal característica do movimento quaker é seu pacifismo. “Nós recusamos absolutamente todas as guerras e lutas externas assim como todos os combates armados, quaisquer que sejam seus objetivos ou pretextos: tal é nosso testemunho diante do mundo inteiro”. Os quakers acreditam numa forma de resistência pacífica que consiste de estar presente na cena de um acontecimento condenável como forma de protesto. Foi inspirado nela que os membros do Comitê Não Faça Onda decidiram ir ao local previsto para o teste nuclear de 1971. O princípio quaker da testemunha responsável foi apropriado pelo Greenpeace como forma de publicização de um ato condenável. Se estar presente não impedia que um evento maléfico se sucedesse, era preciso, além de ser testemunha, denunciá-lo através da captação da imagem e da dramatização do acontecimento. A caça às baleias, por exemplo, não é divulgada simplesmente. Produz-se uma batalha cinematográfica entre os botes ativistas e os navios baleeiros para que a denúncia se torne mais impactante e sirva, também, de publicidade para a organização.

São planejadas e captadas pelas câmeras as chamadas “ações diretas”, outro modo de protesto comum a vários movimentos no decorrer da história, embora sua origem seja normalmente atribuída aos movimentos operários clássicos, como os luditas do século XIX inglês. O Greenpeace, porém, acentua que suas ações diretas não são violentas e que



Gandhi seria o grande exemplo deste tipo de resistência. As ações devem desencadear efeitos políticos, causar impacto moral, mas nunca basear-se em qualquer forma de agressão física ou verbal a objetos, lugares, seres e pessoas.

Outro princípio igualmente defendido pelo Greenpeace como forma de protesto é a “desobediência civil”, formulado por Henry David Thoreau (1817-1862). Transcendentalista romântico norte-americano, valorizava o sentimento mais que a razão e defendia reformas sociais e políticas que deveriam partir do indivíduo e não do grupo social. Seria necessário, primeiro, transformar a si mesmo e depois a sociedade, a cultura, a política. Seus escritos mais célebres são *Walden* (1854) e *A Desobediência Civil* (1849), ambos em estilo autobiográfico. *Walden* conta a experiência de viver isolado, por dois anos e dois meses (1845-1847), numa cabana construída por ele às margens do Lago Walden, perto de Concord. Nesta obra, critica o excesso de mercadorias, a industrialização crescente, a ausência de natureza, contemplação e lazer na vida moderna do século XIX. Conclui que o modo de vida ideal deve basear-se num mínimo de produção e consumo, pois são as necessidades humanas que devem ser atendidas e não as do progresso industrial e urbano. Nesta mesma cabana, Thoreau vivencia o episódio motivador de sua obra mais famosa, *A Desobediência Civil*. Em uma tarde de 1846, ele recebe a visita do cobrador de impostos e acaba sendo preso por não pagar o tributo. Passa um dia na cadeia e decide escrever o livro explicando as razões que o levaram à sonegação. Entregá-lo seria um ato imoral porque significaria ser cúmplice de um governo injusto e desumano, escravocrata e imperialista<sup>4</sup>.

### Crítica à política tradicional

Nos anos 70, estimulados pelos novos movimentos ecológicos, feministas, contra o racismo e sessenteoitistas, intelectuais franceses tentam teorizar novamente o dilema Sociedade/Estado ou, melhor dizendo, recriam de outro modo a diferença entre ambos. Exemplos são os trabalhos de Pierre Clastres (*A Sociedade contra o Estado*, Minuit, 1974) e de Cornelius Castoriadis (*As Instituições Imaginárias da Sociedade*, Paris, Seuil, 1975). O ecologismo toma o partido da Sociedade: se o que se quer é transformar a sociedade, não será pelo Estado, mas reduzindo sua interferência sobre a Sociedade Civil e deixando-a agir por ela mesma. Para “changer la vie” não basta apenas mudar o governo, mas atuar individual e integralmente, sobretudo no plano local (Sainteny, 2001, p.63). Os novos

---

<sup>4</sup> Referindo-se à Guerra contra o México (1846-48) (<http://www.ufrgs.br/cdrom/thoreau/index.html>).

movimentos sociais dos anos 70 valorizavam, em geral, a autonomia, a criatividade e a liberdade do indivíduo. Partiam, analogamente, de uma outra temporalidade. Enquanto a velha esquerda trabalhava em função da tomada do Estado, ou aguardava o momento do completo desenvolvimento das forças produtivas para fazer a Revolução, a nova esquerda em seus variados matizes lançavam mão das ações diretas, da mobilização da opinião pública, da pressão sobre governos, buscando resultados mais práticos e imediatos. A política deveria ser feita de envolvimento pessoal e não de idéias abstratas. Do mesmo modo, a disciplina e a hierarquia dos partidos tradicionais não eram compatíveis com a nova concepção de política que emergia traduzida pelas lideranças estudantis. “A política, dizia Jerry Rubbin, não é como se vota, mas como se vive”. O ecologismo não acreditava que fosse possível mudar a sociedade ou a vida a partir do alto, ou do alto poder. Para lidar com as questões ambientais seria preciso, fundamentalmente, uma mudança de atitudes individuais e cotidianas, em todos os níveis da vida, que deveria partir de cada um ao invés de ser imposta de cima.

O movimento ecológico anti-nuclear, estudado por Alain Touraine e sua equipe no fim dos anos 70, considerava a tecnocracia a adversária principal dos movimentos sociais de vanguarda. O grupo de Touraine toma posição em favor de uma certa estratégia para o movimento ecológico que consiste de recomendar que os movimentos sociais não se transformem em força política permanente, em partidos políticos, e que não se apresentem em eleições. Numa alternativa fiel à esquerda, Touraine propõe que estes movimentos fiquem subordinados à estratégia do Partido Socialista junto com outros grupos de pressão para assim revitalizá-lo, fazê-lo levar em conta as novas demandas sociais e não subtrair dele a força política (Sainteny, 2001, p.70). Esta recomendação vinha complementar, na época, a análise feita por sociólogos e ativistas sobre os partidos políticos. Em primeiro lugar, os partidos estariam desatualizados e não corresponderiam aos diferentes grupos presentes na sociedade. Do mesmo modo, as definições de esquerda e direita, sustentadas pelos partidos, não são capazes de englobar os grupos reais que de fato se orientam de forma coerente segundo estes modelos. O sistema partidário não foi quase nada modificado entre os anos 20 e 60. Em segundo lugar, os ecólogos recusam a disciplina partidária que consideram expressão de uma cultura ultrapassada. Os partidos deveriam organizar-se de modo mais flexível e de acordo com novas demandas de reflexo organizacional. Em terceiro lugar, ao se estruturarem, os partidos passam a orientar-se, essencialmente, segundo objetivos particulares relativos à conquista do poder, tornando-se um mero apêndice do Estado (Sainteny, 2001, pp.64-66). É exatamente nos anos 70, nesta atmosfera

“anti-estatal, libertária, espontaneísta” de revisão da política institucional (Hours, 1998, p.43), que se observa a difusão do termo ONG, o surgimento do Greenpeace e do Novo Ambientalismo.

### O Novo Ambientalismo

O Novo Ambientalismo, segundo McCormick (1991, p. 64), não era um fenômeno bem definido, homogêneo e organizado, mas um conjunto de organizações, grupos e indivíduos de diferentes tendências, variados métodos, mas com objetivos semelhantes. Continha elementos de anarquismo, evangelismo, reforma social e política, ecologia e ciência. Era um movimento político e social anti-establishment caracterizado, essencialmente, por levantar questões universais. Os grupos preservacionistas mais antigos perseguiram objetivos essencialmente filantrópicos, os conservacionistas baseavam seus argumentos na ciência econômica. Já os Novos Ambientalistas eram mais ativistas, buscavam causar impacto político através de suas ações. Para eles, as catástrofes ambientais apenas poderiam ser evitadas através de mudanças fundamentais nos valores e instituições das sociedades industrializadas. As preocupações do Novo Ambientalismo passam a ser a qualidade de vida e o modo como esta foi prejudicada pelos subprodutos poluentes do crescimento econômico (McCormick, 1992, p.79).

O novo ambientalismo, que marcou os anos 60 e início da década de 70, era mais dinâmico que o ambientalismo clássico e tinha uma crescente base de apoio. Não se tratava apenas de proteger a vida selvagem e seu habitat, mas de garantir a sobrevivência da própria humanidade. Desenvolvia-se uma concepção mais ampla sobre o lugar ocupado pelo homem na biosfera como mais uma espécie inserida nas relações ecológicas. Ao mesmo tempo em que perdeu o posto de elemento central na vida planetária, o ser humano foi redescoberto como parte da natureza (McCormick, 1992, p.63-64). Com o Novo Ambientalismo, a ecologia passa a ser vista como uma “atitude de espírito”, mais que uma disciplina científica (McCormick, 1991, p. 64). Entre 1969-1970, o crescimento anual do número de membros dos cinco maiores grupos conservacionistas americanos foi de 16% a 18%. O número de membros do Sierra Club havia triplicado neste período. Várias organizações ambientalistas emergem em poucos anos, sempre atraindo um forte apoio de novos setores da sociedade (Dalton, 1994, p.35). Paul Ehrlich e Barry Commoner, porta-vozes do ambientalismo, viajavam pelos Estados Unidos falando para platéias de mais de dez mil pessoas. Coincidiu com este período de sensibilidade ecológica a publicação das

primeiras fotografias da Terra tiradas pelo satélite Lunar Orbiter em 1966, que mostravam o planeta como um pequeno oásis delicado na escuridão do espaço. Arthur C. Clarke observa que estas fotografias revelaram o momento em que a Terra passa a tornar-se, no imaginário de milhões em todo o mundo, definitivamente um planeta como algo finito e solitário (McCormick, 1992, p.80).

Para Wallerstein (2004, pp.272-273), os novos movimentos ambientalistas seriam aspirantes ao estatuto anti-sistêmico junto com os movimentos feministas e de “minorias” raciais ou étnicas, como o movimento negro nos Estados Unidos. Ainda que estes movimentos tivessem rigorosamente uma longa história, reemergiram na década de 70 em uma forma renovada e mais militante, tornando-se proeminentes nesta época. Diferente da velha esquerda, o Novo Ambientalismo não considerava a ecologia uma questão menor a ser solucionada depois da revolução comunista ou da mudança radical no modo de produção, mas um problema urgente. Rejeitava a hierarquia e desconfiava profundamente do Estado e da ação orientada para o Estado.

### Metamodernidade e Política

O mundo sobre o qual o Greenpeace age é o da imanência. Foram-se os ideais modernos transcendentais em que a razão humana exercia sobre o plano material seu poder de desmistificação, de encontro da verdade. Não se trata mais de desmistificar mas de conhecer as possibilidades misturando-se a elas. O plano da imanência é também o da técnica e da magia. O *Fetichismo da Mercadoria* de Marx é um prenúncio da metamodernidade que recupera, curiosamente, alguns princípios da magia. As “relações sociais entre coisas” podem bem ser associadas aos princípios descritos por Marcel Mauss. Contigüidade, contrariedade, similaridade, ajudam a compor uma totalidade sistêmica que pressupõe propriedades imanentes às suas partes. “Os ritos de contigüidade são, por definição, simples transmissões de propriedades; à criança que não fala, transmite-se a loquacidade do papagaio; a quem sofre de dor de dentes, a dureza dos dentes do camundongo. Os ritos de contrariedade não são senão lutas de propriedades do mesmo gênero, mas de espécie contrária: o fogo é o exato contrário da água, e por essa razão ele manda embora a chuva. Enfim, os ritos de similaridade só são tais porque se reduzem, por assim dizer, à contemplação única e absorvente de uma simples propriedade: o fogo do mágico produz o sol, porque o sol é fogo” (Mauss, 2003, p. 111). A eficácia da magia depende da crença. Mauss observa que não se questiona por que certas propriedades são

atribuídas a determinados elementos, como funcionam verdadeiramente estes princípios, ou mesmo se busca a compreensão acurada da totalidade, percebida mais como sensação que evidência empírica. A metamodernidade consegue aliar o substancialismo do pensamento mágico à idéia de sistema. Cada peça do sistema tem uma propriedade que coincide com sua posição. A magia é um sistema que se constrói a partir das propriedades dos elementos, algo como uma imanência encantada que exalta as potencialidades da substância. Mais que uma forma anterior de ciência ou de técnica, a magia pode revelar componentes mágicos na ciência e na técnica.

A ciência no Greenpeace é ao mesmo tempo um valor e um modo de ação. As campanhas estão sempre ancoradas em argumentos e informações científicas. Paoli (2004) explica que todas as afirmações do Greenpeace precisam estar embasadas em fontes confiáveis. No caso da poluição química, especialmente, os Laboratórios do Greenpeace em Exeter são capazes de provar, eles mesmos, a existência ou não de contaminação. Embora a maior parte das análises de material seja feita na Unidade, o Greenpeace também envia mostras para outros laboratórios de respeitabilidade internacional. Isso acontece muito no caso dos transgênicos, quando a organização precisa verificar a existência de contaminação em certos produtos. Guggenheim (2005), Diretor Executivo do Greenpeace Brasil, relata que cada campanha internacional define como deseja chegar às suas informações. Pode ser através de cientistas contratados, contatos pessoais, de um escritório que é particularmente envolvido e sabe muito sobre um tema etc. “A gente conhece as pessoas (...) Se você faz uma campanha contra Angra dos Reis, energia nuclear, você tem que conhecer todas as pessoas envolvidas em energia nuclear, cientistas contra e a favor, políticos a favor e contra, organizações da Sociedade Civil a favor e contra, você tem que conhecer e se comunicar com todos” (...). Hoje em dia ninguém mais consegue fazer nada completamente sozinho, acrescenta. Há a parceria com outras ONGs por tema e normalmente se trabalha em redes. Existe, por exemplo, uma rede chamada ‘Brasil Livre de Transgênicos’, existe outra contra a energia nuclear, há o ‘Grupo de Trabalho do Amazonas’. Em todo o lugar existem redes, as pessoas tendem a trabalhar em redes e nós estamos inseridos nessas redes (...) Quando você começa uma campanha, tem de procurar ONGs que têm uma posição parecida com a sua” (Guggenheim, 2005).

A ciência do Greenpeace é um instrumento político já bastante afastado dos ideais de neutralidade. O pensamento moderno pressupunha uma certa correspondência entre universalismo, bem comum e exercício da razão. Em sua prática, a ONG rompe definitivamente com essa correspondência. Porém, para continuar usando a ciência como

fonte de legitimidade, como valor, é preciso alimentar a idéia de que a imparcialidade científica é mesmo real, que a ciência é capaz de chegar a resultados universais. O modo como o Greenpeace lida com a ciência o faz assumir o papel do *intelectual orgânico* de Gramsci, aquele não consiste da eloquência, dos afetos e das paixões, mas dum imiscuir-se na vida prática como construtor, organizador, persuasor e dirigente (Gramsci, 1991, p.8). Segundo o Greenpeace, de posse das informações científicas a ONG pressiona empresas, governos e instâncias internacionais onde as grandes decisões são tomadas. Apóia comunidades locais para que elas próprias se organizem e busquem soluções ambientalmente sustentáveis para problemas como energia. Pode também desenvolver projetos de produto como o “greenfreaze” (que não destrói a camada de ozônio) e o carro “smile” (altamente econômico), e convencer empresas a produzi-los ([www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)).

Há uma crença iluminista na idéia de que é possível transformar a sociedade pela razão, porém num novo contexto de produção de conhecimento que se dá através de redes conectando os mais diferentes interlocutores. Um Iluminismo variante, que embora tenha a inteligência como elemento central, não coloca a razão humana em primeiro plano, mas a entende como produto das conexões entre diversas racionalidades, das coisas e da natureza. Superando a perspectiva clássica sobre a política, entendida como esfera que reserva ao homem o centro da arena, o Greenpeace incorpora o ponto de vista ecológico ao seu modo de ação e produção de conhecimento. Ao invés de estimular a cultura política participativa, contribui para a consolidação de uma outra cultura, em que a autonomia da razão não é mais um objetivo, ou condição para construir um mundo melhor para todos. A metamodernidade não apenas rompe com o ideal de razão autônoma como com a separação clássica entre sujeito e objeto que acompanha todo o desenvolvimento da filosofia, desde os gregos, e é retomado no Iluminismo.

Cyberativistas, baleias, poluentes, jogos eletrônicos, caçadores, Greenpeace, barcos, empresas, presidentes, ONU, transgênicos, é como se tudo operasse num mundo de relações ecológicas interdependentes, porém flutuantes, em que não fica claro quem tem mais ou menos poder, mais ou menos obrigações, mais ou menos responsabilidades. Com o desenvolvimento das teorias cibernéticas, sistêmicas e dos computadores a partir da segunda metade do século XX, um movimento interessante acontece: passa-se a atribuir “mente” a quase tudo. O que é vivo, movimenta-se ou se transforma pode ser considerado um mecanismo próximo da “mente”. A difusão destas idéias está relacionada ao sucesso de obras como o livro de Steven Johnson, que discute o tema da auto-organização

comparando cérebros, formigueiros, cidades e programas de computadores (*Emergência: a dinâmica de rede em formigas, cérebros, cidades e softwares*, Jorge Zahar, 2004). Anula-se a diferença entre inteligência e “inteligência artificial”.

O próprio Greenpeace pode ser considerado uma máquina de coleta, seleção, tradução, divulgação e armazenamento de informações. O Greenpeace Brasil faz serviço de clipping de jornais, TV e monitoramento da Internet. O próprio site é usado como fonte de informações por jornalistas (Furtado, 2005). O serviço de comunicação é encarregado de cuidar, a partir de Londres, do imenso banco de imagens e vídeos sobre a história da organização. Centraliza, também, todos os artigos da imprensa enviados pelo Greenpeace a fim de garantir a coerência de discurso em todas as partes do mundo (Lequenne, 1997, p.63). O Greenpeace Brasil também possui um arquivo de imagens, vídeos e fotos que documentam as ações do Greenpeace nacional desde a sua fundação, embora não seja aberto ao público. Para ter acesso ao banco de imagens, é preciso autorização do escritório nacional (Bodas, 2005). Sob o controle direto do Greenpeace Internacional, o setor de comunicação edita livros que traçam a história da organização ilustrada pelas melhores fotos das ações diretas (Lequenne, 1997, p.63). Para Lequenne, nenhuma outra organização dedicada à proteção do meio ambiente se compara ao Greenpeace no trabalho com as imagens e informações. O Greenpeace se tornou um agente de imprensa especializado sobre alguns temas ligados à proteção do meio ambiente que alimenta as mídias escolhendo as informações com as melhores chances de serem difundidas (Lequenne, 1997, p.117). Nada se faz no Greenpeace que não seja capaz de produzir efeito no público, seja através de imagens ou declarações normalmente assertivas.

A metamodernidade contém alguns dos aspectos atribuídos à “pós-modernidade” pela sociologia, mas não se pretende uma superação da modernidade. O pastiche, a paródia, o simulacro, a fixação na imagem fotográfica (Jameson, 2002). “A imagem, a aparência, o espetáculo, podem ser experimentados com uma intensidade desproporcional possibilitada pela apreciação como presentes puros e não relacionados no tempo” (Harvey, 1992, p.57). As imagens fotográficas descontextualizam os eventos espetaculares do tempo e do espaço e assim intensificam sua força de impacto. Harvey (1992, pp. 46-47) observa que a mescla de pragmatismo americano revivido com a onda pós-marxista e pós-estruturalista que abalou Paris depois de 1968 produziu uma espécie de “raiva do humanismo e do legado do Iluminismo”: uma vigorosa denúncia da razão abstrata e uma profunda aversão a todo projeto que buscasse a emancipação humana universal pela mobilização das forças da tecnologia, da ciência e da razão. A metamodernidade

combinaria dimensões modernas e pós-modernas. A emancipação pretendida na modernidade é agora transferida aos não-humanos, enquanto as formas culturais e identitárias exclusivamente humanas se anunciam pós-modernas. A metamodernidade se ancora, fundamentalmente, no paradigma da comunicação, que entende a razão humana como um mecanismo no interior de uma rede de informações onde não há centro e reivindica aos elementos extra-humanos papel equivalente na produção de conhecimento.

Poderia ter chamado a metamodernidade de mundialização, mas a mundialização não informa de modo claro sobre o tipo de pensamento que ela contém e desenvolve, as correntes que compreende, os valores que a articulam, além de não se ter chegado ainda a um consenso sobre seu marco histórico. Enquanto a mundialização se assume um fenômeno material e cultural simultaneamente, a meta-modernidade pretende identificar as bases epistemológicas da cultura contemporânea e suas implicações políticas. Para a meta-modernidade, um fenômeno sociológico abrangente é também filosófico, revela um modo de pensar e operar sobre a realidade. A mundialização apegou-se ao aspecto do mercado e do consumo em escala global, porém não indicou o que há de novo ou predominante no campo do pensamento. Considero os estudos sobre a mundialização o corpo material da meta-modernidade, e assim as admito como duas dimensões, em sincronia, de um mesmo fenômeno. Do mesmo modo que a mundialização, a metamodernidade nasce com a industrialização e ganha a sua forma mais evidente no pós-guerra.

Do ponto de vista da Teoria Sociológica Alemã do final do século XIX e começo do XX, a modernidade se contrapõe à ordem tradicional e implica uma progressiva racionalização e diferenciação econômica e administrativa (Featherstone, 1995, p.20). A modernidade se caracteriza pela centralidade do elemento humano articulando os valores da política e da cultura. Haveria uma primeira modernidade, a Antigüidade Clássica, uma segunda modernidade, a Renascença, e uma terceira modernidade, o Iluminismo, ápice do pensamento moderno. O Iluminismo foi, sobretudo, um movimento que procurou “desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões” (Harvey, 1992, p.23). O modelo do indivíduo moderno é o herói grego, audaz e auto-confiante, que triunfa na luta pela sobrevivência e se emancipa da tribo e da tradição (Horkheimer, 1976, p.141). A modernidade é normalmente definida através do humanismo, seja para saudar o nascimento do homem, seja para anunciar a sua morte (Latour, 1994, p.19).

É a industrialização quem fragmenta com mais energia este paradigma da centralidade humana e o substitui pelo imperativo da comunicação, desfazendo a oposição



moderna entre humanos e não humanos, sujeito e objeto de ação e conhecimento. Para Wiener (Wiener, 1954, pp.16-27), criador da cibernética, a sociedade só pode ser compreendida através de um estudo das mensagens e das facilidades de comunicação de que disponha. No futuro desenvolvimento da comunicação, acrescenta, “as mensagens entre homens e máquinas estão destinadas a desempenhar papel cada vez mais importante: ‘entre a máquina e a máquina’. Informação, conforme Wiener, é o “termo que designa o conteúdo daquilo que permutamos com o mundo exterior ao ajustar-nos a ele, e que faz com que nosso ajuste seja nele percebido. (...) O processo de receber e utilizar informação é o processo de nosso ajuste às contingências do meio ambiente e de nosso efetivo viver nesse meio ambiente”. A comunicação, para Wiener, faz parte da essência da vida do homem. São as comunicações que cimentam a estrutura da sociedade.

Dominado pela idéia da comunicação e interessado na computação por máquinas e autômatos, Leibniz teria sido o antecessor do conceito de cibernética. O mundo todo seria uma coleção de seres chamados “mônadas”, cuja atividade consistia da percepção dos outros e concebia esta interação principalmente em termos óticos. As máquinas computadores de Leibniz eram uma derivação de seu interesse por um cálculo raciocinante, uma linguagem universal. As preocupações de Leibniz eram lingüísticas e comunicacionais. Leibniz criou a *Characteristica Universalis* ou a linguagem científica universal, e o *Calculus Ratiocinator* ou cálculo de lógica. A metamodernidade pode ser representada por autores como Leibniz, Wiener entre outros mais contemporâneos, como Deleuze. A contribuição de Deleuze pode ser resumida como sendo a de uma filosofia da imanência, oposta às formulações transcendentais, filosóficas ou religiosas (Hardt, 1996). Ao lado de muitos outros filósofos contemporâneos, o trabalho de Deleuze se baseou num ataque à distinção sujeito/objeto (Jameson, 1996). Enquanto o raciocínio cartesiano, tomado como um paradigma do pensamento moderno, “baseia-se inteiramente no pressuposto implícito de que a mente só pode conhecer aquilo que ela mesma produz e retém de alguma forma dentro de si mesma” (Arendt, 1987, p.295), a meta-modernidade a esvazia e entende que o seu suposto conteúdo advém da capacidade de conexão com outros elementos.

William James (1974, pp.101-152), outro autor igualmente constitutivo do pensamento metamoderno, sustenta não haver na realidade a oposição entre “pensamentos” e “coisas”, sempre presente no senso comum. O “ego transcendental kantiano” teria apenas substituído a vaga noção de alma, e nada representa para os empiristas. Do mesmo modo “a ‘consciência’, uma vez que se tenha evaporado nesses estados de pura diafanidade, está

a ponto de desaparecer completamente. Ela é o nome de uma não-entidade, e não tem direito a um lugar entre os primeiros princípios. Aqueles que ainda aderem a ela estão aderindo a um mero eco, o fraco rumor deixado pela ‘alma’ desaparecida no ar da filosofia (...). Parece-me, defende James, que a hora é oportuna para descartá-la aberta e universalmente. (...) Se começamos com a suposição de que existe uma única matéria-prima ou um único estofado no mundo, um estofado do qual todas as coisas são compostas, e se chamamos tal estofado ‘experiência pura’, então o conhecer pode facilmente ser explicado como uma espécie particular de relação mútua entre estofados, relação esta em que partes da experiência pura podem entrar. (...) Em meu *Psychology* (princípios de psicologia, vol.I, N.do T.) tentei mostrar que não precisamos de nenhum sujeito que conhece além do ‘pensamento que pensa’. (...) Não só o sujeito, nem só o objeto, mas o objeto-mais-o-sujeito é o mínimo que a experiência pode realmente ser”. O pensamento sobre o concreto se revela feito do mesmo estofado que as coisas. James denomina sua visão de mundo de “empirismo radical”, em oposição ao racionalismo. Para ele, pensamentos e coisas são absolutamente homogêneos em relação ao seu estofado (*stuff*). Não existe estofado do pensamento diferente do estofado da coisa, mas a mesma porção idêntica da “experiência pura”, nome dado à “matéria-prima de tudo”.

O autor que melhor traduz o pensamento metamoderno, entretanto, é Bruno Latour. Não apenas pelo modo como concebe a produção de conhecimento, mas pelo fato de priorizar o tema da ciência. Latour mostra através da investigação histórica ou etnográfica como os fatos científicos mais “concretos” são um resultado provisório de associações contingentes e heterogêneas. As redes não respeitam as distinções estabelecidas entre coisas, pessoas, sujeitos pensantes, objetos pensados, inertes e vivos. “Tudo o que for capaz de produzir uma diferença em uma rede será considerado um ator e todo ator definirá a si mesmo pela diferença que ele produz” (Lévy, p.137). Latour pensa de forma simétrica os homens e os dispositivos técnicos.

A metamodernidade se refere também à “crise do humanismo” que para alguns autores, como Vattimo (1996, pp.18-34), foi anunciada por Nietzsche, considerado o primeiro pensador não-humanista da nossa época. Mas o escrito que inaugura a consciência contemporânea da crise do humanismo é carta de Heidegger a Jean Beaufret: *Sobre o “Humanismo”*, de 1946. Em Heidegger, a crise do humanismo diz respeito à técnica moderna. Heidegger relaciona a crise do humanismo ao fim da metafísica como ápice do desenvolvimento da técnica e momento de superação da diferença entre sujeito e objeto. Vattimo observa que contra a cultura ainda profundamente humanista, outras

correntes do pensamento contemporâneo trabalham no sentido de ultrapassar a noção de sujeito. Essas correntes seriam o correspondente teórico da eliminação que o sujeito sofre no plano da existência social ou, por que não, do pensamento ecológico.

A ecologia profunda, formulada por Arne Naess, não separa seres humanos, ou qualquer outra coisa, do meio ambiente natural. Ela vê o mundo como uma rede de fenômenos fundamentalmente interconectados e interdependentes. A ecologia foi definida pelo biólogo alemão Ernst Haeckel, em 1866, como “a ciência das relações entre o organismo e o mundo externo circunvizinho” (Capra, 1996, pp. 26-43). Algumas religiões, como o budismo, também podem ser facilmente associadas ao pensamento metamoderno. A doutrina budista da impermanência inclui a noção de que o eu não existe. Buda sustenta que a idéia de um eu individual, separado, é uma ilusão, uma concepção intelectual destituída de realidade. O apego a essa idéia de um eu separado leva à dor e ao sofrimento (Capra, 1996, p. 230).

O mesmo que Harvey (1992, p.112) afirma sobre o pós-modernismo, poderíamos compreender como decorrência da meta-modernidade. Buscando uma acomodação pacífica ao mercado, a meta-modernidade “envereda pelo caminho de uma cultura empreendedimentista que é o marco do neoconservadorismo reacionário”. Sua retórica é perigosa porque “evita o enfrentamento das racionalidades da economia política e das circunstâncias do poder global”. Ao fazer coincidir sistemas ecológicos, mágicos, sociais e científicos, a meta-modernidade naturaliza a economia, as desigualdades sociais e o poder. O capitalismo é absorvido pelo pensamento metamoderno como o modelo de organização social mais próximo da natureza, como se não resultasse de uma campanha permanente e sem tréguas. É como se o sistema em que vivemos não fosse uma construção histórica e temporária, mas, ao contrário, uma forma social depurada que tende à cristalização. Ao exaltar demasiadamente o mundo como ele é, a meta-modernidade se revela um poderoso conservadorismo. Quando retira o homem do centro da política, da ciência ou da magia, retira também dele a responsabilidade por suas ações e nos induz a esquecer que a compreensão sistêmica, em redes, ecológica, cibernética, e mágica, é sobretudo humana.

Por outro lado, metamodernidade pode ser revertida em crítica. Por ser uma ideologia do capitalismo contemporâneo, é capaz de tornar mais transparente seu fundamento epistemológico, aquele que no campo das idéias lhe dá sustentação. Do mesmo modo, pode-se extrair dela o que tem a oferecer de novo para o pensamento: a crítica do antropocentrismo e o estímulo ao conhecimento da realidade. A razão pensada como um mecanismo que “não funciona no vazio”, como diz Lévi-Strauss, mas sempre

interligado a outros, nos ajuda a pensar a realidade de um modo mais próximo. Conforme Latour (1997), “se os pesquisadores devem fazer um esforço para passar de uma cultura da Ciência a uma cultura da pesquisa, a Esquerda deve, ela também, fazer mais que esforços para reencontrar o gosto da exploração comum do mundo que há entorno. As duas concepções são demasiadamente ligadas para não caírem ao mesmo tempo. Em todo o caso, não desejemos fazer apelo a uma noção antiga de Esquerda para salvar uma concepção cada vez mais decaída de Ciência”.

A metamodernidade serve, também, como crítica ao pensamento cartesiano. Em *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, Horkheimer encontra em Descartes o projeto de dominação que se desenvolveria no Iluminismo posterior. No *Discurso sobre o Método*, Descartes pretende que graças à técnica e, por meio dela, o homem deveria se tornar ‘mestre e senhor da natureza’. O eu pensante precisa converter o mundo exterior, passível de metamorfose, em uma entidade semelhante ao sujeito que irá conhecê-lo. Horkheimer reconheceu na “filosofia da vida” de que se aproxima o pensamento de Bergson, o mérito de ter feito a crítica da razão analítica que se coloca como a única forma legítima de pensar. Contra isso, Bergson faz valer a intuição, a emoção, a sensação e se dedicou a mostrar que “as estruturas que se encontram nas coisas não provém do sujeito que as pensa e observa mas são objetivamente fundadas” (Matos, 1995).

A proposta não é igualar sujeito e objeto. Eles foram identificados no mesmo momento em que foram separados. É como se a separação entre sujeito e objeto, imposta pela razão cartesiana, tivesse produzido uma mutilação em ambos que os igualou, identificando-os. Eles estavam ligados pela diferença, agora são indistinguíveis. A idéia é distinguí-los, respeitar suas propriedades distintas e os recolocar em comunicação, já que sem diferença não há troca. Enquanto pensamento que não tem pretensões de desmistificação ou encontro da verdade, a metamodernidade assume os princípios da magia como válidos, e compreende todas as dimensões da realidade, sociais, políticas, econômicas e naturais, como essencialmente encantadas. Este encantamento pode reverter-se numa fonte de criação cultural positiva para a política. A metamodernidade pode também contribuir para a redução da distância entre homem e natureza sem identificá-los completamente. No lugar da natureza compreendida como matéria-prima, objeto de uso, a metamodernidade apresenta uma natureza de iguais direitos, que também quer viver, crescer, comunicar-se e conviver harmonicamente com as várias espécies e elementos do universo.

---

## Movimentos antiglobalização

Especialmente a partir dos movimentos sociais de repercussão mundial que marcaram a passagem do século XX ao XXI, - os chamados “movimentos antiglobalização”, - as ONGs Internacionais têm sido sempre mais ou menos associadas por jornalistas, cientistas sociais, políticos, empresários e por elas mesmas, à idéia de contestação política, representação de uma Sociedade Civil Mundial emergente e, sobretudo, à idéia de contra-poder. É como se as ONGs Internacionais se constituíssem como um poder equivalente e contrário ao grande capital e seus representantes: as empresas multinacionais, os Estados mais ricos e as organizações econômicas multilaterais como OMC, Banco Mundial, FMI, OCDE. ONGs locais e principalmente internacionais tiveram, afinal, uma grande importância na organização dos movimentos de protesto contra organizações multilaterais e fóruns internacionais que tendem a representar os interesses dos países mais ricos. Os “movimentos antiglobalização”, cujo marco foi a manifestação de Seattle, em 1999, foram organizados por diversas associações civis, entre as quais se destacaram ONGs Internacionais como Attac, Greenpeace, Oxfam, Médicos sem Fronteiras, Anistia Internacional, Rainforest, WWF, Global Trade Watch, Observatório da Mundialização, Action Aid, Social Watch, entre outras.

Algumas ONGs deram impulso decisivo a estes movimentos, seja porque delas faziam parte intelectuais como Susan George, dedicados a pensar as conseqüências sociais da economia mundial, seja pela capacidade de formar redes, divulgar manifestos e sensibilizar pessoas em escala mundial. As mobilizações decorreram do trabalho constante de questionamento, pressão, troca de idéias e informações, busca de apoios, o que já vinha sendo feito por ONGs Internacionais em torno de diversas conferências das Nações Unidas durante a década de 90. Surgiram, assim, redes internacionais bastante ativas, como o Social Watch, Saprin (Structural Adjustment Participatory Review International Network), Aliance Pour un Monde Responsable et Solidaire, Riad (Red Interamericana Agricultura y Desarrollo), APM (Agricultures Paysannes et Modernization), Via Campesina e One World (Grzybowski, 2001, p.67). A rápida difusão da Internet, principalmente em fins dos anos 90, favoreceu muito a formação de redes, mobilização de grupos e a organização de grandes manifestações. Apesar da apologia equivocada deste novo meio como instrumento definitivo para a transformação social e democratização, seria difícil imaginar mobilizações de rua em várias partes do mundo, na freqüência e proporção em que ocorreram, sem o auxílio dos sites e e-mails. Estes movimentos se caracterizaram, especialmente, pela agitação eletrônica que os acompanhou e que na época

ganhava força de modo generalizado: petições on-line, circulação de imagens, manifestos e depoimentos.

A divulgação da proposta de um Acordo Multilateral sobre Investimentos (AMI) foi um dos principais fatores de mobilização neste período. No início de 1998, o Acordo, que vinha sendo discutido em sigilo pela OCDE, veio a público e foi criticado abertamente pelo jornal *Le Monde Diplomatique*, que reproduzia a denúncia feita pelo movimento norte-americano *Public Citizen*. O AMI deveria ser assinado pelos países mais ricos e imposto aos demais. A idéia era garantir a liberalização da economia impedindo qualquer atitude protecionista. Como reação, surgiu um movimento social de protesto que levou a França a se retirar das negociações em fins de 1998, impedindo que o acordo se realizasse. Nos dias 16 e 17 de fevereiro de 1998, em Londres, quando a OCDE se reunia para tentar concluir o AMI, mais de 600 ONGs divulgavam um manifesto (lançado na semana anterior) exigindo a eliminação do direito de investidores estrangeiros de processar governos por mudanças na regulamentação que prejudicasse seus lucros. O Acordo, negociado pelos 29 países da OCDE, seria uma carta dos direitos dos investidores internacionais. Deveria incluir um conjunto de regras destinadas a abrir todos os países do globo aos investimentos vindos do exterior (Barlow; Clarke, 2002, p.328). Os países signatários estariam proibidos de discriminar investimentos estrangeiros dando preferência aos nacionais, poderiam exigir indenização por prejuízos, redução dos lucros e oportunidades perdidas e teriam direito de escolher os tribunais internacionais para processar os países não cumpridores do Acordo.

Em maio de 1998, na Inglaterra, durante a reunião do G-8, mais de 70.000 pessoas desfilaram pacificamente pelas ruas exigindo o cancelamento da dívida externa (Evangelista, 2001, p.15). Nas Filipinas, no mesmo ano, foi organizada a Conferência Internacional sobre Alternativas à Globalização com o objetivo de analisar a crise econômica global, denunciar os impactos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais da ordem econômica e desenvolver estratégias alternativas para o enfrentamento da globalização. Cerca de cem grupos de 31 países da Ásia, América Latina, África, Europa e América do Norte, representando movimentos sociais, redes, organizações, centros, institutos e universidades, reuniram-se nesta Conferência (Vieira, 2001, p.107).

Em fevereiro de 1999, foi organizado o “Davos Alternativo”. Durante o Encontro do Fórum Econômico Mundial, em Davos, uma manifestação com cerca de trezentas pessoas mobilizou a polícia suíça. Liderados pela Associação Mundial de Povos contra a

Mundialização (AMP) e Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Ajuda aos Cidadãos (ATTAC), os manifestantes defendiam, contra a “globalização que mata” e o “culto ao mercado”, a aplicação da Taxa Tobin, prevendo a cobrança de 1% sobre cada transação financeira para fins sociais. Segundo os membros da ATTAC, 0,05% seria suficiente para cobrir duas vezes as necessidades fundamentais da humanidade (Vieira, 2001, p.108). Durante o ano de 1999, a marcha antiglobalização passou pela Alemanha, Holanda, Mônaco, Itália e, em novembro, chegou a Seattle. Desse ato contra a globalização participaram 1.387 entidades não-governamentais (Evangelista, 2001, p.15). Apenas em Seattle o movimento antiglobalização foi amplamente reconhecido pela mídia internacional. A mobilização acompanhou a III Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), marcada para os dias 30 de novembro a 3 de dezembro na capital do estado de Washington, EUA. A Conferência, surpreendida por manifestações de rua significativas, foi dada como um fracasso. Durante cinco dias, o conflito entre polícia e manifestantes atraiu a atenção da mídia mundial (Evangelista, 2001, p.15) e foi chamado pela imprensa local “A Batalha de Seattle”, perdida pela OMC, em que se destacaram várias ONGs Internacionais consideradas mentoras da mobilização. O objetivo da reunião entre ministros do Comércio e Relações Exteriores dos 135 países-membros era derrubar, ao longo de três anos, subsídios e tarifas em vários setores e promover acordos para a liberalização cada vez mais abrangente do comércio mundial (Vieira, 2001, pp.100-101). A reunião da OMC em Seattle deveria marcar o lançamento do Ciclo do Milênio, - a próxima etapa da liberação do comércio para o século XXI (Evangelista, 2001, p.15).

Em 30 de novembro, data de abertura do evento, 50 mil manifestantes e representantes das mais distintas organizações não-governamentais formaram uma impenetrável corrente humana em torno da sede da reunião, no centro de Seattle. O protesto reuniu um grande contingente norte-americano ligado à velha e à nova esquerda, aos sindicatos e grupos anarquistas (Wallerstein, 2004, p.275). A cerimônia de abertura foi cancelada e as delegações aconselhadas a permanecer em seus hotéis. A polícia chegou a usar gás lacrimogêneo e balas de borracha, atingindo idosos e crianças que se encontravam na área. Em torno de 600 pessoas foram presas, maltratadas e detidas por mais de 48 horas (Vieira, 2001, p.101). O prefeito de Seattle, Paul Schell, decretou estado de emergência e toque de recolher das dezenove horas do dia 30 às sete do dia seguinte, nos arredores da conferência. Por sua vez, o governador do estado de Washington, Gary Locke, ofereceu as tropas da Guarda Nacional para a manutenção da ordem. Desde os movimentos negros contra a discriminação racial e os protestos contra a Guerra do Vietnã, os Estados Unidos

não eram palco de conflitos desse porte. Vários convidados, como Kofi Annan, Secretário Geral da ONU, e James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, apenas distribuíram cópias de seus discursos. A nova Rodada do Milênio não foi lançada (Vieira, 2001, pp. 101-102). As reivindicações em Seattle foram precedidas de um intenso esforço de mobilização. Mike Dolan, da Global Trade Watch, e Susan George, do Observatório da Mundialização, divulgaram amplamente um manifesto pela Internet, assinado por 1.200 ONGs de 87 países, que listava algumas reivindicações. A mais importante solicitava o fim de novos acordos de liberalização comercial nas áreas de serviços, investimentos e compras governamentais. As ONGs temiam que as cláusulas do AMI, prejudicado quando a França foi pressionada a retirar seu apoio, fossem incluídas no acordo sobre serviços a ser negociado na Rodada do Milênio da OMC, em 1999 (Antunes, 1999, p. 73).

Além da moratória, o manifesto contemplava a defesa das cláusulas sociais e ambientais, a exclusão da saúde e da educação da liberalização dos serviços, a exclusão dos remédios essenciais da lei de patentes, o perdão total da dívida dos 48 Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), a revisão dos débitos dos países em desenvolvimento, o estabelecimento de cotas para a importação de produtos de entretenimento com o fim de proteger as culturas locais, a proteção dos pequenos e médios agricultores contra a concorrência externa, a adoção do princípio da precaução para a liberação de produtos que possam afetar a saúde ou o meio ambiente, como os transgênicos e, por fim, a democratização da OMC. O manifesto exigia que se tornassem públicas as sessões do órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial, responsável pelos conflitos comerciais, e que a Organização aceitasse examinar as posições das ONGs. Reclamava também a redução do tempo de divulgação dos documentos emitidos pela OMC e o aumento de consultas à Sociedade Civil, através de seminários (Vieira, 2001, pp. 104-105). Por seu êxito, a manifestação em Seattle foi tomada como marco dos movimentos antiglobalização. Protestos e passeatas continuaram com ainda mais ânimo e adeptos em todo o mundo. Em 2000, a marcha passou pela Suíça, Tailândia, retornou aos Estados Unidos, seguiu para Argentina, Japão, Austrália, República Tcheca, Coreia, França e Brasil (Evangelista, 2001, pp.12-15). Em fins de janeiro de 2000, durante o XXX Encontro do Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, cerca de dois mil manifestantes protestaram contra a política comercial neoliberal, enfrentando a polícia em conflitos que acarretaram duas prisões (Vieira, 2001, p.107). Em 16 de abril de 2000, outra manifestação chamou a atenção da mídia. Foi o protesto contra a reunião conjunta FMI/Banco Mundial em Washington. Cerca de dez mil manifestantes tomaram as ruas da cidade e enfrentaram



milhares de policiais que efetuaram de 700 a 1.200 prisões, segundo fontes diversas. Centenas de ONGs, agrupadas em torno da Mobilização Global pela Justiça, denunciaram “a perversidade do sistema financeiro mundial que empobrece os trabalhadores de todo o mundo, destrói as florestas tropicais, estimula o trabalho forçado e obriga os países pobres a desviar recursos de investimentos sociais básicos para pagar a dívida externa”. Um dos organizadores do movimento, Han Shan, atacava a “tríplice aliança da globalização empresarial: FMI, OMC e Banco Mundial” (Vieira, 2001b).

Os eventos acabaram se tornando cada vez mais agressivos. O protesto contra a globalização que ocorreu em Praga, a 26 de setembro de 2000, foi semelhante ao ocorrido em Seattle e Washington, porém mais violento. Envolveu cerca de nove mil manifestantes e pelo menos cem feridos, incluindo 51 policiais. Pedia-se o cancelamento da dívida dos países pobres e o fechamento do FMI. Integrantes de ONGs e simpatizantes repetiam em coro palavras como “o capitalismo mata: mate o capitalismo” e “povo sim, lucro não” (Vieira, 2001b). Durante a reunião de cúpula da União Européia, a 7 de dezembro de 2000, em Nice, França, centenas de manifestantes antiglobalização entraram em choque com a polícia. Cerca de vinte policiais e um número não revelado de ativistas ficaram feridos. No ano seguinte, em 2001, o receio de que manifestações tomassem as ruas de Washington levou o Banco Mundial e o FMI a antecipar e reduzir o encontro. Em vez de realizar-se a 2 e 3 de outubro, o evento se concentra nos dias 29 e 30 de setembro, sem as atividades paralelas que começariam antes. No protesto contra a reunião do G-8 em Gênova, 2001, que decidiria “as linhas políticas da intervenção global”, um jovem de 23 anos, Carlo Giuliani, foi morto e atropelado pela polícia italiana, fato que foi registrado por várias câmeras. 126 pessoas foram presas e mais de quinhentas ficaram feridas (Evangelista, 2001, pp.12-15).

O Fórum Social Mundial surgiu no fluxo destas experiências. Foi idealizado como uma antítese do Fórum Econômico Mundial de Davos, Suíça, e deveria acompanhá-lo na mesma periodicidade, durante as mesmas datas, e ser igualmente internacional (Grzybowski, 2001). Assim como o Encontro de Davos<sup>5</sup>, o Fórum Social Mundial ocorre sempre ao final de janeiro. Diferente de Davos, porém, o Fórum Social Mundial (FSM) pode realizar-se em diversas cidades do mundo. No início, os temas mais recorrentes do FSM também estavam ligados à macroeconomia: a redução do poder da OMC e do FMI, a Taxa Tobin que prevê cobranças de 1%, 0,5%, até 0,05% sobre as transações financeiras

---

<sup>5</sup> Repete-se em todo final de janeiro, desde 1971.

internacionais, e o cancelamento definitivo das dívidas externas dos países pobres, um dos temas consensuais entre os participantes (Frei Betto, 2001, p.42).

No primeiro Fórum Social Mundial que foi em Porto Alegre, 2001, estiveram presentes 4.702 delegados (de entidades e movimentos da sociedade civil, instituições acadêmicas, Igrejas, parlamentares e prefeitos, sendo que 1.500 deles eram de 117 países), 1.500 ONGs, 165 convidados (77 nacionais e 88 internacionais), 104 conferencistas, 2.000 participantes do Acampamento da Juventude, 700 representantes das Nações Indígenas. 1.300 pessoas foram credenciadas para a organização, comunicação, apoio logístico, tradução e segurança, além dos 1.870 jornalistas, dos quais 386 eram estrangeiros. O Fórum contou com a presença também de 764 empresas de comunicação (TV, rádio, grandes jornais) e mídias alternativas (322 delas eram de 52 países). Ao todo, foram 16.000 participantes acompanhando as atividades que contavam com 400 oficinas temáticas (Grzybowski, 2001, pp.67-69 ; Vieira, 2001, pp.110-111).

Durante a primeira edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, uma forte repressão policial impediu manifestações em Davos e até mesmo o comparecimento de representantes de organizações não-governamentais que tiveram de deslocar-se às cidades vizinhas, Zurique e Berna, para protestar (Vieira, 2001, p.111). ONGs convidadas ameaçaram romper com o evento se seus organizadores não assegurassem o direito à manifestação. Personalidades foram identificadas pela mídia a este novo movimento. O líder zapatista Subcomandante Marcos, o camponês contra os transgênicos José Bové, o coordenador do MST João Pedro Stedile, o lingüísta norte-americano Noam Chomsky, o expoente da Teologia da Libertação Frei Leonardo Boff, o idealizador do Grameen Bank Muhammad Yunus, o economista da era do acesso Jeremy Rifkin e a jovem jornalista canadense Naomi Klein. O livro *No Logo*, escrito por ela, foi considerado a bíblia do movimento “antiglobalização” (Evangelista, 2001, p.14).

Centenas de ONGs, sindicatos, instituições e movimentos sociais de todo mundo lançaram um documento durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, conclamando as próximas mobilizações em favor dos “direitos dos povos, liberdade, segurança, emprego e educação”. No documento, o Fórum Social Mundial aparece como a “luta e a esperança de um mundo novo possível, onde o ser humano e a natureza são o centro de nossas preocupações”. Em contraposição, Davos significa a “concentração da riqueza, a globalização da pobreza e a destruição de nosso planeta” (Vieira, 2001, p.111). Em 2004, o Fórum Social Mundial foi realizado na Índia, com a intenção de incorporar organizações e movimentos de outras regiões como a Ásia. Entre os dias 16 e 21 de janeiro de 2004,

trabalhadores, mulheres, pacifistas, ativistas ambientais e dos direitos humanos, junto aos marginalizados pelo sistema de castas, ocuparam com música e dança os espaços do evento em Mumbai (Greenpeace Brasil, 2004). O 5º FSM, em 2005, encerrou suas atividades em Porto Alegre com 155 mil participantes de 135 países (35 mil acima do esperado), 2.000 atividades e 5.700 organizações de todo o mundo. A maior delegação de participantes ligados a organizações foi a do Brasil, com 36.427, seguida da Argentina, com 1.397. Em terceiro lugar, ficaram os Estados Unidos, com 1.157<sup>6</sup> (Junqueira, 2005a).

Não foram poucos os estudiosos da sociedade global que viram na forma de atuação das ONGs Internacionais um contra-poder. Todas estas manifestações, para Wallerstein (2004, p.274-276), seriam aspirantes à “movimentos anti-sistêmicos”<sup>7</sup>, e teriam sido chamadas “antiglobalização” mais por seus opositores que por elas mesmas. As características desse novo aspirante ao papel de movimento anti-sistêmico são bastante diferentes. O Fórum Social Mundial, por exemplo, procura reunir todos os tipos precedentes de contestação: a velha esquerda, os novos movimentos sociais, as organizações de direitos humanos, entre outras, organizados de forma local, nacional e transnacional. “Um outro mundo é possível” é o slogan do Fórum que expressa a crença na possibilidade de um mundo não completamente submetido à ordem econômica dominante. O FSM não criou uma estrutura institucional. Tem um comitê de coordenação com aproximadamente cem membros representando movimentos de várias partes do globo. O Fórum se pretende um movimento global no sentido de seu internacionalismo e diversidade, porém crítico do sistema capitalista, podendo de fato, como prefere Wallerstein, ser considerado mais anti-sistêmico que antiglobalização.

Estes movimentos foram representados e levados adiante, sobretudo, por ONGs Internacionais, fato que reacendeu a esperança nas ONGs como força social considerável de transformação. Liszt Vieira (2001, p.103) observa que as ONGs assumiram a postura de um “contra-poder” ao “executivo global”, - formado pela OMC, Banco Mundial, FMI e OCDE, - que decide autoritariamente o destino de todos os habitantes do mundo. Elas

---

<sup>6</sup> O Fórum é organizado pela Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC), Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB (CBJP), Centro de Justiça Global (CJG), Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Frei Betto, 2001, p.42). Além destas, é apoiado por mais de 200 organizações nacionais e internacionais.

<sup>7</sup> Wallerstein forjou o termo “movimento anti-sistêmico” na década de 1970, para agrupar os movimentos populares “sociais” e “nacionais”, considerados, por vezes, antagônicos (Wallerstein, 2004, p.266). Por “anti-sistêmicos” Wallerstein entende os movimentos que se pretendem revolucionários, capazes de romper com a ordem econômica internacional.

sinalizariam, desse modo, a emergência de uma Sociedade Civil Mundial resistente à ordem hegemônica, assim como um novo tipo de cidadania, forjada no decorrer das mobilizações. Hardt e Negri (2001, p. 333) acreditam que o “povo global” é representado, mais clara e diretamente, não por organismos governamentais, mas por uma variedade de organizações relativamente independentes dos Estados-nação e do Capital. Para os autores, essas organizações funcionam como “estruturas de uma Sociedade Civil Global, canalizando as necessidades e os desejos da multidão em formas que possam ser representadas dentro do funcionamento das estruturas globais de poder”. São as Organizações Não-Governamentais (ONGs) “as forças mais novas e talvez mais importantes da Sociedade Civil Global”. Definem o termo como “qualquer organização que pretenda representar o Povo e trabalhar em seu interesse, à parte das estruturas de Estado (e geralmente contra elas)” (Hardt e Negri). Um tal tipo de representação, entretanto, apenas poderia acontecer em condições de “Império”, que criam “um potencial maior de revolução do que os regimes modernos de poder” ao reunir o conjunto de todos os explorados e subjugados numa multidão que se opõe diretamente ao Império, sem mediadores. Para Hardt e Negri (2001, pp. 418-419), a multidão seria naturalmente revolucionária.

Estas expectativas, porém, não foram criadas apenas a partir das manifestações de apelo midiático, espetaculares e relativamente novas, mas em grande medida pela participação discreta e crescente de ONGs Internacionais nas atividades cotidianas de instituições multilaterais. Segundo o relatório da Assembleia Geral da ONU (1998, p.2), em dezembro de 1997 a Academia Nobel reconheceu o papel das ONGs no processo de Ottawa, que culminou na aprovação do Convênio de Proibição de Minas Terrestres. Para o relatório, “as organizações não-governamentais são a manifestação mais clara do que se tem chamado ‘Sociedade Civil’, quer dizer, a esfera na qual os movimentos sociais se organizam em torno de distintos objetivos, grupos de pressão e temas de interesse”. Acentua, ainda, que “as organizações não-governamentais têm sido especialmente eficazes em aproveitar o acesso instantâneo à informação que a nova tecnologia [Internet] tem tornado possível, convertendo-se, elas mesmas, nas principais fontes e agentes de difusão de informações” (Asamblea General, 1998, p.2).

A difusão pela mídia da idéia segundo a qual as ONGs Internacionais podem ser consideradas novos agentes de transformação social em favor do “povo” e contra as forças econômicas da “globalização” coincide, curiosamente, com a campanha neoliberal pela redução das responsabilidades sociais do Estado. Uma grande confusão se faz no campo

ideológico e teórico sobre as atribuições e o futuro do Estado que resulta, por diferentes vias, no fortalecimento da ideologia segundo a qual o Estado está mais distante dos interesses populares que as organizações privadas da “sociedade civil”. Todas as recomendações das agências econômicas e financeiras multilaterais, representantes dos países mais ricos, é a de que se deve economizar em gastos públicos e investir no incremento da infraestrutura necessária à entrada produtiva do investimento estrangeiro<sup>8</sup>. As agências financeiras multilaterais como FMI, Banco Mundial, OMC pretendem ser vistas como entidades autônomas, de caráter técnico. É como se os Estados nacionais, por questões de funcionamento do sistema mundial, nada mais pudessem fazer. Restaria apenas aos movimentos sociais e ONGs mais combativas pressionar estas organizações e fóruns mundiais em que são decididas as linhas mestras de ordenamento da economia mundial.

## Conclusão

Tomo o Greenpeace como um objeto heurístico de uma tendência da cultura política contemporânea que chamei de metamodernidade em função do diálogo com a sociologia. A metamodernidade não rompe com a modernidade nem exclui a pós-modernidade, mas contém traços de ambas. É uma modernidade da modernidade. Para verificar essa idéia, analisei documentos, relatórios, formas de publicidade institucionais, fiz entrevistas com funcionários e ex-funcionários da organização, tive o auxílio de uma bibliografia especializada sobre o Greenpeace, Organizações Internacionais e ambientalismo, e de autores das Ciências Sociais e da Filosofia.

Durante a pesquisa, fui orientada pela curiosidade sobre a relação entre essa ONG Internacional e os seus sócios-doadores, sobre a história da organização, suas formas de publicidade, o uso das mídias, o modo como ela atua internacionalmente, define suas campanhas, dialoga com a ciência, traduz conhecimento, consegue recursos, se transforma no tempo, se estrutura hierarquicamente, enfim, eu busquei no objeto elementos que pudessem revelar um tipo novo de política, novas práticas e valores políticos.

Ao mesmo tempo em que construía o objeto Greenpeace, ia construindo também a idéia de metamodernidade. Foi o estudo empírico, inspirado pelas leituras, que me

---

<sup>8</sup> É um dado para pensar a observação de Joseph Nye Jr. (2002, pp.198-199): “(...) nas últimas três décadas, a confiança pública em muitas instituições caiu pela metade (...) esse declínio foi saudável. Os Estados Unidos se fundamentam em parte na desconfiança – a Constituição foi intencionalmente elaborada para resistir ao poder centralizado. Thomas Jefferson sentia que quanto menor governo houvesse, melhor seria, e uma longa tradição jeffersoniana reza que não vale a preocupar-se muito com o nível de confiança no governo (...)”.

forneceu o material para a elaboração do conceito. Mas, o que é então a meta-modernidade? Escolhi 7 pontos para ser mais breve:

1º) A metamodernidade se afasta do conceito clássico de política que associa imediatamente autonomia da razão, cidadania, espaço público, discurso e ação. Se afasta, portanto, de uma concepção antropocêntrica de política.

2º) A metamodernidade não é rigorosamente marcada no tempo. Ela começa com a industrialização, encontra condições favoráveis no pós-guerra com a multiplicação de organizações internacionais e se preenche de elementos contraculturais.

3º) A metamodernidade está associada à uma percepção sistêmica porém flácida da realidade, ao paradigma da comunicação, à privatização da política, à cultura publicitária e ao processo de infantilização estimulado pelo mercado.

4º) Na metamodernidade, as instituições são tecnologias intelectuais, o sistema mundial é atravessado por sistemas de produção de conhecimento e os indivíduos são extensões desses sistemas.

5º) A metamodernidade indistingue sujeito e objeto de conhecimento e poder. A ciência é produzida numa rede hierarquizada de objetos humanos, técnicos, naturais e institucionais. Ela não abandona a racionalidade como um valor mas a retira do monopólio humano. A meta-modernidade rompe, portanto, com a idéia de sujeito transcendental e a substitui por uma racionalidade transcendental.

6º) A metamodernidade é aparentemente libertária porque liberta o homem de sua obrigação de não ser um autômato. Mas, é conservadora, porque retirando a humanidade do centro da política abre espaço à ação das forças econômicas na produção de conhecimento e exercício do poder.

7º) Por último, diria que a metamodernidade permite compreender, sobre novas bases, o conceito de cidadania, sociedade civil, espaço público e questionar a validade destes conceitos como tradutores da realidade contemporânea.

---

## BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Cláudia. RODADA DO MILÊNIO: Meta dos manifestantes é reavaliação de acordos anteriores. ONGs pedem moratória. *Jornal do Brasil*, Economia, p.73, 28/11/1999.  
ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

- BARLOW, Maude; CLARKE, Tony. *La bataille de Seattle: sociétés civiles contre mondialisation marchande*. Paris: Fayard, 2002.
- BEIGBEDER, Yves. (1992), *Le role international des organisations non gouvernementales*. Paris/Bruxelles, Bruylant/LGDJ.
- BOHLEN, Jim. *Making Waves: the origins and future of Greenpeace*. Montreal/New York/London: Black Rose Books, 2001.
- BROWN BROWN, Paul. *Greenpeace: organizations that help the world*. Watford: Exley, 1993.
- DALTON DALTON, Russell J. (1994), *The Green Rainbow: Environmental Groups in Western Europe*. Yale University Press/New Haven & London.
- EVANGELISTA, Fernando. (2001), “O recado da juventude”. *Caros Amigos*, ano V, nº53, agosto.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FREI BETTO. (2001), “Fórum Social Mundial 2002”. *Caros Amigos*, ano V, nº57, dezembro.
- GABEIRA, Fernando. *Verde guerrilha da paz*. São Paulo: Editora Clube do Livro, 1988.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRZYBOWSKI, Cândido. (2001), “Nasceu algo diferente em Porto Alegre”. In: *Observatório da Cidadania, Relatório IBASE*.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. (2001), *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo, Ed. Record.
- HARDT, Michael. “Qual é a maior contribuição de Deleuze ao Pensamento?”. *Folha de São Paulo*, 2 de junho de 1996.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil S.A, 1976.
- HOURS, Bernard. “ONGs e idéologies de la solidarité. Du développement à l’humanitaire”. In: Deler, J.- P.; Fauré, Y.- A.; Piveteau, A.; Roca, P.-J. (dir.), *ONG et développement. Société, Économie, Politique*. Paris, Karthala, 1998.
- JAMES, William. *Ensaio em empirismo radical*. Coleção Os Pensadores, vol. XL. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- JAMESON, Frederic. “Qual é a maior contribuição de Deleuze ao Pensamento?”. *Folha de São Paulo*, 2 de junho de 1996.
- JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ed. Ática, 2002.
- JUNQUEIRA, Caio. “Terceira maior delegação no Fórum Social, americanos se escondem”. *Folha de São Paulo*, 28/01/2005a.
- JUNQUEIRA, Caio. “Fórum Social termina com participação recorde e críticas à organização”. *Folha de São Paulo*, 31/01/05b.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. Y a-t-il une science après la Guerre Froide?. *Le Monde*, 18-01-1997.
- LEMINSKI, Paulo. *Matsuó Bashô: a lágrima do peixe*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LEQUENNE, Philippe. *Dans les coulisses de Greenpeace*. Paris/Montréal: L’Harmattan, 1997.
- LÉVI-STRAUSS. Cap: VII: O olhar distanciado. In: *Estruturalismo e Ecologia*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.
- LÖWY, Michael. “The revolutionary romanticism of may 1968”. *Thesis Eleven*, Number 68, February 2002: 95-100.
- MCCORMICK, John. (1992). *Rumo ao Paraíso: a história do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- MARX, Karl. “O fetichismo da mercadoria e seu segredo”. In: *O Capital* vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MATOS, Olgária. *Luzes e sombras do Iluminismo*. São Paulo: Ed. Moderna, 1995.
- MAUSS, Marcel. “Esboço de uma teoria geral da magia”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

- NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência (1881-1882)*. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Victor Civita, 1983.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. Primeiro Volume (1878). Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Editor Victor Civita, 1983.
- ORTIZ, Renato. "Introdução". In: *O Próximo e o Distante: Japão e Modernidade-Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ROSZAK, Theodore. *A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1972.
- SAINTENY, Guillaume. (2001), "Élites Écologistes et Sciences Sociales". *Les Études Sociales*, nº 134, 2º semestre, pp.55-73.
- VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VIEIRA, Liszt. (2001), *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo, Ed. Record.
- VIEIRA, Liszt. Resistência à globalização: de Seattle a Gênova. 18/09/2001b ([www.planetaportoalegre.net](http://www.planetaportoalegre.net))
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- WIENER, Norbert. *Cibernética e Sociedade: o uso humano de seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1954.

## ENTREVISTAS

Clélia Maury. Diretora de Marketing e Captação de Recursos do Greenpeace Brasil. Entrevista concedida em 1º de agosto de 2005, por e-mail.

Cristina Bodas, jornalista, trabalha no Setor de Comunicação do Greenpeace Brasil, uma das editoras do site do Greenpeace Brasil. Conversa em 10 de maio de 2005, por telefone.

Frank Guggenheim, diretor executivo do Greenpeace Brasil. Entrevista concedida em São Paulo, Greenpeace Brasil, 13 de junho de 2005.

Gladis Éboli, diretora do setor de comunicação do Greenpeace Brasil. Entrevista concedida em São Paulo, Greenpeace Brasil, 13 de junho de 2005.

Marcelo Furtado, diretor de campanhas do Greenpeace Brasil. Entrevista concedida em São Paulo, Greenpeace Brasil, 8 de junho de 2005.

Mariana Paoli, então coordenadora da campanha contra transgênicos do Greenpeace Brasil. Entrevista concedida em São Paulo, Greenpeace Brasil, 24 de junho de 2004.

Dr. Santillo, Cientista Sênior dos Laboratórios de Pesquisa do Greenpeace, Departamento de Ciências Biológicas da Universidade de Exeter, UK. Entrevista concedida em 7 de abril de 2005, por e-mail.